

## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Pernambucanas apresenta seu Relatório da Administração com os resultados operacionais e financeiros sobre o ano de 2024.

## RESULTADOS E REALIZAÇÕES DO VAREJO

A Pernambucanas completou 116 anos e segue fortemente presente na vida de milhões de brasileiros. Essa relação tem sido construída com base na confiança, no respeito e na presença ativa no dia a dia de cada cliente, por meio de produtos e serviços de qualidade que atendem as necessidades e desejos dos consumidores.

Mesmo diante de um cenário econômico desafiador, marcado pelo aumento da taxa básica de juros, pelas variações do dólar, diminuição do crédito ao varejo e pelos impactos negativos do redirecionamento dos recursos das famílias brasileiras aos jogos em *sites* de apostas, a Companhia implementou iniciativas fundamentais para o fortalecimento do negócio, alcançando resultados importantes, como o aumento nas vendas e as bases para construção de resultados sólidos aos anos que se seguirão.

O crescimento do vestuário reflete a construção de um *mix* de produtos mais alinhado às preferências dos clientes, com um excelente custo-benefício. A Companhia tem intensificado seus investimentos em peças de maior qualidade, apostando em coleções que traduzem as tendências e necessidades do consumidor.

A Pernambucanas encerrou 2023 com uma Dívida Bruta de R\$ 678 milhões e Líquida de R\$ 369 milhões. Ao longo de 2024, a Companhia reduziu sua Dívida Bruta para R\$ 367 milhões, e líquida de R\$ 63, resultado da desmobilização de ativos não operacionais e do foco nas atividades comerciais e financeiras.

O ano de 2024 foi caracterizado pelo foco na eficiência e produtividade da operação do varejo e em ajustes do *mix* de produtos para incremento da rentabilidade. Com essa perspectiva foi constituída uma área de Transformação, que está liderando centenas de iniciativas com impacto nos resultados e na cultura da empresa. Entre as iniciativas já implementadas, está uma profunda análise dos pontos de venda, identificando lojas com baixo potencial de rentabilidade, fechando assim 23 unidades e finalizando o ano com 485 lojas. Além disso, a Companhia também descontinuou a categoria de telefonia e *tablets*, reduzindo a exposição a categorias de baixa margem e alto consumo de capital de giro, possibilitando direcionar maior foco nas ofertas completas para as famílias, em especial, itens de vestuário e lar que contribuam com uma maior margem.

Apesar dos desafios, os resultados superaram as expectativas, com um aumento de 11,7%<sup>1</sup> em mesmas lojas no segundo semestre e 10,2%<sup>1</sup> no total do ano. O vestuário teve um desempenho ainda mais expressivo, registrando um crescimento de 15,5%<sup>1</sup> no segundo semestre e 13,3%<sup>1</sup> no consolidado do ano, reafirmando-se como o principal impulsionador de vendas. Itens de cama, mesa e banho também apresentaram avanço, com alta de 6,4%<sup>1</sup> no total do ano, impulsionados por estratégias assertivas nessas categorias.

O crescimento do vestuário reflete a construção de um *mix* de produtos mais alinhado às preferências dos clientes, com um excelente custo-benefício. A Companhia tem intensificado seus investimentos em peças de maior qualidade, apostando em coleções que traduzem as tendências e necessidades do consumidor.

A Pernambucanas encerrou 2023 com uma Dívida Bruta de R\$ 678 milhões e Líquida de R\$ 369 milhões. Ao longo de 2024, a Companhia reduziu sua Dívida Bruta para R\$ 367 milhões, e líquida de R\$ 63, resultado da desmobilização de ativos não operacionais e do foco nas atividades comerciais e financeiras.

## TRANSFORMAÇÃO E NOVA ESTRUTURA DE LIDERANÇA

Em agosto, a Companhia anunciou a chegada de Ricardo Doebeli e Mauricio Hasson, aos cargos de CEO e CFO, respectivamente. Ricardo Doebeli foi sócio da McKinsey, como foco de atuação em práticas de transformações, e foi CEO da Lupatech, acumulando ampla experiência na implementação de transformações de melhorias estratégicas. Mauricio teve passagens pelas empresas Vero Internet, 3Tentos, Vigor Oncoclínicas e Vicunha Têxtil, acumulando vasta experiência na reorganização financeira e estratégica.

Com o objetivo de capturar o máximo potencial da Companhia foi constituída uma área de Transformação. A iniciativa está no centro da construção de um novo modelo de gestão, alavancado por um avanço cultural, com foco na implementação de iniciativas holísticas, de forma disciplinada e acelerada, gerando alto impacto nos resultados da empresa.

Para liderar a recém-criada área, a Pernambucanas trouxe, no terceiro trimestre do ano, Mariana Copparoni ao cargo de Diretora de Transformação. Com uma carreira sólida em estratégia, desenvolvimento e planejamento de negócios, Mariana possui grande experiência em programas de transformação, implantações operacionais e finanças corporativas.

Esses novos membros, integrados a um time de Diretores de Operação, RH, Comercial e Marketing, com ampla experiência, dentro e fora da Pernambucanas, compõem o núcleo executivo que está liderando a transformação da organização.

## NOSSA GENTE E ESG

O compromisso com os colaboradores e com a sociedade foi refletido em 2024, por meio de diversas ações. Entre elas, está o fomento à cultura interna focada na transformação. Além disso, a empresa segue apostando em treinamentos e capacitações de sua liderança, especialmente aos mais de 480 gerentes de loja.

A empresa também tem aprimorado seus processos produtivos, atenta aos impactos climáticos e em linha com seus compromissos que envolvem ESG (*Environmental, Social and Governance*).

Dessa forma, 2024 foi marcado pelo início de um forte programa de transformação dos negócios da Companhia focada na eficiência, produtividade e, consequentemente, na rentabilização dos negócios. Os impactos, ainda iniciais, são promissores e estamos convictos com a construção das bases sólidas para os resultados dos próximos anos.

(<sup>1</sup>) Números não auditados.

São Paulo, 25 de abril de 2025.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais)

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	304.227	267.331	926.372	877.854	Fornecedores	17	841.941	1.115.520	2.663.727	3.033.717
Aplicações financeiras	5	-	10.092	178.288	342.686	Fornecedores – risco sacado	17a	46.674	6.028	46.674	-
Contas a receber de clientes	6	267.867	287.515	3.475.356	3.701.430	Empréstimos e financiamentos	18	256.607	364.706	1.343.453	820.579
Estoques	7	417.295	548.949	444.412	594.419	Obrigações trabalhistas		123.844	120.183	140.699	133.259
Impostos a recuperar	9	200.134	363.034	200.134	363.065	Obrigações fiscais		173.055	152.175	256.663	162.401
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	102.440	5.883	157.982	85.938	Instrumentos financeiros derivativos	10	-	5.670	-	5.670
Instrumentos financeiros derivativos	10	11.166	-	11.166	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	4	1.225
Partes relacionadas	8	80.133	-	33.891	-	Cessão de direitos creditórios – FIDC	6	203.126	-	203.126	-
Outros créditos	11	97.742	102.555	227.014	170.695	Passivo de arrendamento	15	243.606	208.483	243.917	209.148
		<u>1.481.004</u>	<u>1.585.359</u>	<u>5.654.615</u>	<u>6.136.087</u>	Partes relacionadas	8	364.172	327.464	33.891	-
Ativos não circulantes mantidos para venda	13d	64.018	69.422	64.018	212.813	Demais contas a pagar	20	37.818	26.137	161.210	144.859
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>1.545.022</u>	<u>1.654.781</u>	<u>5.718.633</u>	<u>6.348.900</u>			<u>2.290.843</u>	<u>2.326.366</u>	<u>5.093.364</u>	<u>4.510.858</u>
<b>Não circulante</b>						Fornecedores	17	-	-	389	389
Aplicações financeiras	5	40.364	44.585	40.364	44.585	Passivo a descoberto de investida	13	10	10	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	193.868	91.259	Empréstimos e financiamentos	18	54.612	313.653	1.529.346	2.330.332
Impostos a recuperar	9	245.567	171.288	255.123	181.602	Obrigações fiscais		2.907	-	3.759	717
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	-	175.306	-	175.306	Provisão para demandas judiciais	19	211.192	139.895	228.712	664.954
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	415.116	448.656	847.916	797.444	Imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	-	4.499	1.130
Depósitos judiciais	19	69.016	62.416	69.016	62.455	Passivo de arrendamento	15	1.301.848	1.392.744	1.302.350	1.394.220
Outros créditos	11	18.486	-	106.623	87.648	Debêntures conversíveis em ações	18b	67.713	-	67.713	-
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>		<u>788.549</u>	<u>902.251</u>	<u>1.512.910</u>	<u>1.440.299</u>	Partes relacionadas	8	225.000	255.000	-	-
Propriedades para investimento	13c	-	-	25.643	56.632	Demais contas a pagar	20	78.982	94.256	79.359	94.679
Investimentos	13	1.023.949	1.157.244	-	-	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>1.942.264</u>	<u>2.195.558</u>	<u>3.216.127</u>	<u>4.486.421</u>
Imobilizado	14	519.051	617.366	521.407	644.328	<b>Patrimônio líquido</b>					
Direito de uso de ativo	15	1.220.046	1.343.660	1.220.742	1.345.528	Capital social	21	830.000	830.000	830.000	830.000
Intangível	16	247.712	348.950	421.002	663.545	Ajuste de avaliação patrimonial		(183)	(997)	(183)	(997)
		<u>3.010.758</u>	<u>3.467.220</u>	<u>2.188.794</u>	<u>2.710.033</u>	Reservas de lucros	21	281.405	673.325	281.405	673.325
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>3.799.307</u>	<u>4.369.471</u>	<u>3.701.704</u>	<u>4.150.332</u>			<u>1.111.222</u>	<u>1.502.328</u>	<u>1.111.222</u>	<u>1.502.328</u>
						Participação de não controladores		-	-	(376)	(376)
<b>Total do ativo</b>		<u>5.344.329</u>	<u>6.024.252</u>	<u>9.420.337</u>	<u>10.499.232</u>	<b>Patrimônio líquido total</b>		<u>1.111.222</u>	<u>1.502.328</u>	<u>1.110.846</u>	<u>1.501.953</u>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>5.344.329</u>	<u>6.024.252</u>	<u>9.420.337</u>	<u>10.499.232</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Operações continuadas</b>					
Receita líquida de venda e dos serviços prestados	23	3.726.616	3.736.266	4.830.051	5.127.708
Custo das vendas e dos serviços prestados	24	(2.160.730)	(2.187.883)	(2.083.895)	(2.538.272)
<b>Lucro bruto</b>		<u>1.565.886</u>	<u>1.548.383</u>	<u>2.746.156</u>	<u>2.589.436</u>
Despesas com vendas	24	(1.308.686)	(1.350.838)	(1.319.418)	(1.353.904)
Despesas gerais e administrativas	24	(559.281)	(401.888)	(965.011)	(733.156)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	-	-	(998.164)	(890.246)
Participação nos resultados de controladas	13	(88.304)	(69.089)	3.217	3.117
Outros resultados operacionais, líquidos	25	84.185	300.130	115.017	281.539
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<u>(306.200)</u>	<u>26.698</u>	<u>(418.203)</u>	<u>(103.214)</u>
Receitas financeiras	26	192.245	113.657	191.808	114.705
Despesas financeiras	26	(482.174)	(537.708)	(445.260)	(477.737)
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>		<u>(289.929)</u>	<u>(424.051)</u>	<u>(253.452)</u>	<u>(363.032)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>(596.129)</u>	<u>(397.353)</u>	<u>(671.655)</u>	<u>(466.246)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	-	-	(5.117)	(8.587)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	209.832	122.829	290.475	200.309
		<u>209.832</u>	<u>122.829</u>	<u>285.358</u>	<u>191.722</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(386.297)</u>	<u>(274.524)</u>	<u>(386.297)</u>	<u>(274.524)</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(386.297)	(274.524)
Participação de não controladores				(1)	(1)
				<u>(386.298)</u>	<u>(274.525)</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	28	<u>(2,58)</u>	<u>(1,83)</u>		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(386.297)</u>	<u>(274.524)</u>	<u>(386.297)</u>	<u>(274.524)</u>
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
• Instrumentos financeiros – <i>hedge accounting</i>	10	1.232	1.572	1.232	1.572
• Instrumentos financeiros – imposto diferido	12 b	(418)	(535)	(418)	(535)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<u>(385.483)</u>	<u>(273.487)</u>	<u>(385.483)</u>	<u>(273.487)</u>
Atribuível a:					
• Acionistas da Companhia				(385.483)	(273.487)
• Participação de não controladores				(1)	-
				<u>(385.484)</u>	<u>(273.487)</u>

www.pernambucanas.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

(Continua...)

## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

**PERNAMBUCANAS**  
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
 (Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora							Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total		
		Capital social								
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		830.000	(2.034)	123.044	824.805	-	1.775.815	(375)	1.775.440	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(274.524)	(274.524)	-	(274.524)	
Outros resultados abrangentes do exercício – <i>hedge accounting</i>	10	-	1.572	-	-	-	1.572	-	1.572	
Outros resultados abrangentes do exercício – impostos diferidos		-	(535)	-	-	-	(535)	-	(535)	
Utilização da reserva de retenção de lucros		-	-	-	(274.524)	274.524	-	-	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		830.000	(997)	123.044	550.281	-	1.502.328	(375)	1.501.953	
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.623)	(386.297)	(391.920)	(1)	(391.921)	
Outros resultados abrangentes do exercício – <i>hedge accounting</i>	10	-	1.232	-	-	-	1.232	-	1.232	
Outros resultados abrangentes do exercício – impostos diferidos		-	(418)	-	-	-	(418)	-	(418)	
Utilização da reserva de retenção de lucros		-	-	-	(386.297)	386.297	-	-	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		830.000	(183)	123.044	158.361	-	1.111.222	(376)	1.110.846	

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023		2024	2023		
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>										
<b>Prejuízo do exercício</b>		(386.297)	(274.524)	(386.297)	(274.524)		522.915	1.056.522	177.501	831.283
<b>Ajustes:</b>										
Depreciação e amortização	14 15 16	374.321	349.228	391.587	364.570	18	(99.233)	(125.826)	(65.210)	(125.183)
Valor residual das baixas do ativo permanente		77.072	6.222	175.091	7.664	15	(145.109)	(140.109)	(145.241)	(139.989)
Ajustes a valor justo		-	-	4.191	(1.489)		-	-	(6.338)	(35.441)
<i>Impairment</i> imóveis provisão (reversão)	13c	-	-	(31.042)	62.235		-	-	-	-
Baixa de investimento		-	3.177	-	3.177		-	-	-	-
Ganho na alienação de bens		-	(13.645)	-	(13.645)		42.998	10.230	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	22	88.304	69.089	(3.217)	(3.117)		42.095	-	-	-
Atualização de empréstimos e arrendamentos	15 18	252.536	309.327	559.271	646.418		(75.794)	-	-	-
Juros e variações monetárias, líquidas		(13.860)	7.422	(15.603)	7.422		-	-	152.012	(143.391)
Juros cessão de direitos creditórios – FIDC		(13.592)	-	(13.592)	-		-	-	(5.623)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente	12	-	-	5.117	8.587		(186.392)	(210.761)	(5.623)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social – diferido	12	(209.832)	(122.829)	(290.475)	(200.309)		185.168	-	-	-
Provisão para contingências e atualização monetária	19	78.925	(2.220)	80.732	34.444		-	-	110.363	-
<i>Impairment</i> de arrendamento / imobilizado	15 18	51.963	-	51.964	-		(57.495)	(162.503)	(116.924)	(263.219)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(54.499)	261.008		-	-	57.840	143.702
Perda esperada com perda de estoque		1.450	(178)	1.450	(178)		(49.420)	(363.034)	197.668	(262.908)
		300.990	331.069	474.678	902.263					
<b>Variações de ativos e passivos</b>										
Contas a receber de clientes		19.647	164.236	177.964	(949.395)		207.787	(203.891)	(208.106)	(204.502)
Estoques		130.204	(23.477)	148.557	(8.584)		945.446	-	945.446	-
Impostos a recuperar		88.621	121.562	89.410	126.101		(728.728)	-	(728.728)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		78.749	-	103.262	-		67.713	-	67.713	-
Depósitos judiciais e cauções		(6.600)	(10.758)	(6.561)	(10.760)		84.687	438.377	485.448	962.395
Partes relacionadas		138.683	405.096	-	-		42.458	94.301	-	-
Outros créditos		(13.673)	6.763	(75.294)	36.975		(464.724)	(634.815)	(1.083.207)	(1.061.066)
Fornecedores		(232.933)	121.696	(323.316)	811.784		(188.588)	(45.499)	-	-
Provisão para demandas judiciais	19	(7.628)	(16.609)	(516.974)	(19.494)		-	(12.500)	-	(12.500)
Obrigações trabalhistas		3.661	(18.509)	7.440	(17.456)		(449.523)	(364.027)	(521.434)	(315.673)
Obrigações fiscais		23.787	10.040	97.304	9.559		36.896	35.271	48.518	(193.701)
Demais contas a pagar		(593)	(34.587)	1.031	(49.710)		267.331	232.060	877.854	1.071.555
							304.227	267.331	926.372	877.854
							36.896	35.271	48.518	(193.701)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Contexto operacional**  
Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Pernambucanas", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, Capital - Brasil e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas e artigos eletroeletrônicos leves, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos e administração de bens imóveis próprios.  
A Companhia compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais com as empresas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo" ou "Consolidado"). Os custos relacionados aos negócios do Grupo são reconhecidos em cada uma das entidades por meio de critérios de rateio.  
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 485 lojas (2023 – 509 lojas).
- Plano de ação da Administração para os próximos exercícios**  
Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam prejuízo do exercício no montante de R\$ 386.297 (2023 – R\$ 274.524) e capital circulante líquido negativo na Controladora, no montante de R\$ 809.839 (2023 – R\$ 741.007). Apesar do capital circulante líquido está negativo na Controladora, a Administração faz a gestão do seu caixa pelo Consolidado que apresenta um capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 561.251 (2023 – R\$ 1.625.229).  
A Companhia, presente no setor varejista há 116 anos, está implementando uma profunda transformação estratégica com o objetivo de fortalecer sua posição competitiva e aprimorar substancialmente os resultados operacionais e financeiros. Essa transformação engloba uma série de iniciativas que abrangem diversas áreas do negócio e que estão sendo conduzidas de forma integrada e sistemática.  
Diante de um cenário de desafios intensificados e a necessidade de modernização, a Companhia adotou um ambicioso plano de transformação que tem como principais objetivos:  
• **Reverter impactos negativos históricos** e reequilibrar a performance financeira, com ênfase na melhoria do EBITDA;  
• **Otimizar processos e reduzir custos**, por meio de iniciativas que visam a eficiência operacional e a racionalização das despesas;  
• **Fortalecer a experiência do cliente** e promover uma resposta ágil às mudanças do mercado, consolidando o legado de 116 anos de tradição.  
Para garantir a efetividade do plano de transformação, a Companhia adotou uma metodologia estruturada em três fases:  
• **Identificação do potencial:** Realiza-se um diagnóstico minucioso, definindo indicadores (KPIs) que mensuram o impacto das iniciativas e identificam pontos críticos de melhoria.  
• **Planejamento e estruturação:** Elabora-se um plano de ação detalhado, com entregáveis semanais, distribuindo responsabilidades entre líderes e áreas estratégicas.  
• **Implementação e monitoramento:** A execução das iniciativas ocorre sob a coordenação de um Escritório de Transformação, que promove reuniões regulares (diárias, semanais e mensais) para acompanhar o progresso e garantir a transparência e os ajustes necessários ao longo do processo.  
O conjunto de iniciativas está organizado em seis frentes de trabalho, cada qual com patrocinadores e líderes dedicados:  
1. **Comercial**  
2. **Lojas**  
3. **Centros de distribuição e abastecimento**  
4. **Escritório central**  
5. **PEFISA**  
6. **Cultura**  
Essas frentes permitem que a Companhia enderece, de forma segmentada e coordenada, os principais desafios e oportunidades de cada área, garantindo sinergia entre projetos e alinhamento às metas de transformação. Em complemento às frentes de trabalho, as ações de transformação contemplam cinco áreas de atuação essenciais:  
• **Logística e abastecimento:**  
**Objetivo:** Desenvolver modelos preditivos de demanda que considerem diferentes níveis de hierarquia de produtos e regiões geográficas, permitindo uma distribuição de estoque mais assertiva.  
**Benefícios:** Redução de rupturas no abastecimento, otimização do *mix* de produtos e melhoria na performance de vendas.  
• **Compras e sourcing:**  
**Objetivo:** Otimizar negociações por meio da consolidação de fornecedores e demandas, utilizando análises detalhadas de custos (*cleansheet analysis*).  
**Benefícios:** Ganhos de escala, aumento da competitividade nas negociações e diversificação das origens de produtos, reduzindo a dependência de fornecedores únicos.  
• **Precificação e gestão comercial:**  
**Objetivo:** Implementar estratégias diferenciadas de precificação para categorias de produtos, considerando fatores como elasticidade, segmentação por loja e *timing* nas demarcações.  
**Benefícios:** Maximização de receitas e melhoria das margens através de uma política de preços mais sofisticada e ajustada às características regionais e comportamentais dos consumidores.  
• **Experiência do cliente e layout de lojas:**  
**Objetivo:** Repensar o *layout* e o ambiente de exposição dos produtos, criando espaços especializados que potencializem a experiência de compra.  
**Benefícios:** Aumento do *ticket médio*, fidelização de clientes e diferencial competitivo no ponto de venda.  
• **Tecnologia e sistemas de gestão:** Engloba a modernização de ferramentas como o CRM e a automação dos processos operacionais.

- Outras iniciativas**  
**Gestão de itens contínuos e nova CRM**  
• **Objetivo:** Implementar ferramentas para otimizar a gestão dos itens de alta rotatividade, com foco no abastecimento por grade e tamanho, e modernizar o sistema de CRM para automatizar processos e campanhas de *marketing*.  
• **Benefícios:** Minimização de perdas por falta ou excesso de estoque, melhoria na experiência do cliente, aumento na frequência de compras e fortalecimento do relacionamento com o consumidor.  
**Negociação de contratos e serviços**  
• **Objetivo:** Revisar detalhadamente a base de despesas e os contratos vigentes, aplicando práticas de renegociação e otimização com base em *benchmarks* de mercado.  
• **Benefícios:** Redução de custos operacionais e maior flexibilidade na gestão financeira, otimizando a estrutura de gastos.  
**Clusterização de mercado**  
• **Objetivo:** Estabelecer *clusters* de mercado que permitam a diferenciação de estratégias para lojas de diferentes perfis e regiões, ajustando sortimentos e ações de *marketing*.  
• **Benefícios:** Aperfeiçoamento da adequação do *mix* de produtos à demanda local, resultando em aumento da eficiência comercial.  
O conjunto de iniciativas já evidencia sinais positivos, com projeções significativas para ganhos recorrentes e não recorrentes. Entre os resultados alcançados até o momento, destacam-se:  
• **Melhoria dos indicadores financeiros:** Elevação do EBITDA e aumento da eficiência operacional, promovendo resultados sustentáveis.  
• **Otimização dos processos:** Racionalização de custos e aperfeiçoamento dos processos internos, permitindo uma execução mais ágil das estratégias.  
• **Fortalecimento do relacionamento:** Melhor integração com clientes, fornecedores e parceiros, alavancada pelas novas ferramentas e estratégias implementadas.

- Relação de entidades que compõem o Grupo**  
As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as operações da Companhia e das seguintes entidades controladas diretas e indiretas ("Grupo"):

Controladas	2024		2023	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA") (ii)	-	100,00%	-	100,00%
Hotel Jatiúca S.A. ("Hotel Jatiúca")	99,94%	0,02%	99,94%	0,02%
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. ("Alinc")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Muricy Sociedade Comercial Ltda. ("Muricy")	99,99%	-	99,99%	-
Voltei Intermediações de Negócios Ltda. ("Voltei")	99,80%	0,20%	99,80%	0,20%
Tropicana de Hotéis e Turismo S.A.	99,99%	-	99,99%	-
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	10,00%	90,00%	10,00%	90,00%
PEFISA Corretora de Seguros S.A.	-	100,00%	-	100,00%
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda. ("Altsa Promotora")	100%	-	100%	-
Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Altsa Empreendimentos")	-	-	-	-
Pernambucanas Shangai	100%	-	100%	-
Lundinvest S.A. - Investimentos e Participações	100%	-	100%	-
<b>Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FDIC)</b>				
Pernambucanas Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada	-	100%	-	-

Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua Controlada Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"), instituição regulada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").  
A Companhia atua no ramo hoteleiro por meio da sua controlada Hotel Jatiúca S.A., localizada em Macaé, Estado de Alagoas, e no ramo de incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais, através da Controlada Arthur Lundgren Investimento, Incorporação e Administração Ltda., localizada em São Paulo, Estado de São Paulo.  
No ramo de incorporação e construção, as receitas de vendas, os custos de terrenos e construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado no momento da entrega das chaves que é o momento do cumprimento das obrigações de performance do contrato.  
Em 2023, a Companhia colocou à venda a sua operação do ramo hoteleiro, a qual foi avaliada como altamente provável, e foi aprovada e assinada em 9 de outubro de 2023. Como resultado desta avaliação, o Hotel Jatiúca foi classificado no balanço patrimonial como um ativo não circulante mantido para venda.  
As demonstrações financeiras das entidades controladas obedecem às mesmas práticas contábeis adotadas pela Controladora, sendo que no caso da PEFISA, por se tratar de uma instituição financeira que segue a regulamentação do Banco Central do Brasil – BACEN, foram feitas análises de convergência às normas CPC/IFRS.



## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(...continuação)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), respectivamente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), controladora e consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias de capital aberto, por meio da CPC 09 / (Deliberação CVM nº 557/08). Considerando que a Companhia é uma Sociedade Anônima de capital fechado e que as normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25 de abril de 2025.

## 2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Pernambucanas e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo (Nota 10);
  - Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo (Nota 27);
  - As propriedades para investimento que são mensuradas pelo valor justo nas controladas. No consolidado, para os imóveis que são alugados para a Controladora, são revertidos os ajustes para retornar ao custo atribuído (Nota 13c);
- Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o resultado das entidades controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e, por esse motivo as demonstrações financeiras, formam um único conjunto de informações e estão sendo apresentadas lado a lado, não havendo diferença entre o patrimônio líquido e o resultado individual e consolidado.

## 2.3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pelas políticas contábeis adotadas pela primeira vez em 2023 (conforme descrito na Nota 3.1).

## 2.3.1. Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). Para detalhes sobre as participações nas controladas, veja Nota 1.1.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A equalização de políticas contábeis entre as entidades controladas e a Controladora, política descrita na Nota 13a.

## 2.3.2. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais da Companhia estão relacionados com empréstimos, fornecedores estrangeiros e derivativos ou instrumentos financeiros derivativos e são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Exceto as transações qualificadas como contabilidade de *hedge*, cuja variação cambial é registrado na demonstração do resultado abrangente e reconhecido no resultado do exercício quando o objeto do item protegido for realizado.

## 2.3.3. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não tem obrigações de benefícios de longo prazo, por exemplo *stock option* ou similar.

## 2.3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros (exceto para a Controlada PEFISA que a receita de juros é operacional);
- Despesa de juros;
- Receitas com descontos em negociações comerciais;
- Receita de ajuste a valor presente do contas a receber;
- Despesa de ajuste a valor presente de fornecedores;
- Despesa de juros com arrendamento. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

## 2.3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro fiscal do exercício, sendo calculado individualmente para cada entidade do Grupo, conforme aplicável. Na Controlada PEFISA, a alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 15%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

## Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se os critérios estabelecidos pelo CPC 32 forem atendidos.

## Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos, respectivamente.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios estabelecidos pelo CPC 32 forem atendidos.

## Incertezas tributárias do imposto de renda

A Interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – *Uncertainty Over Income Tax Treatments*), requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

## 2.3.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em histórico de perdas apuradas no processo de inventário físico dos estoques das lojas e centrais de distribuição e por preços líquidos de venda abaixo do custo, ocasionado por liquidações, trocas de estação ou pequenos defeitos decorrentes de manuseio das mercadorias.

## 2.3.7. Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não circulantes (ou grupos de ativos e passivos) são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de venda e não pelo uso continuado. Essa condição é considerada atendida quando:

- Os ativos estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais;
- A venda é altamente provável e deverá ocorrer no prazo de até 12 meses após a data da classificação.

Quando classificados como mantidos para venda, a Companhia classifica os ativos em um grupo distinto e segregado do ativo circulante e do ativo não circulante denominado ativos não circulantes mantidos para venda. Nas demonstrações do resultado e do fluxo de Caixa, os saldos relacionados com as referidas operações são apresentados em rubricas segregadas das informações contábeis relativas às operações continuadas e são mensurados ao menor valor entre o valor contábil residual e o valor justo menos as despesas para a venda do ativo.

## 2.3.8. Imobilizado

## Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na Nota 14. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas. A Companhia efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

## Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros, compreendidas, substancialmente, por reformas e adaptações dos imóveis alugados para atender às operações da Companhia que, em sua grande maioria, serão revertidas aos proprietários dos imóveis ao final do contrato de locação, são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação. Nos casos em que há expectativas de que ocorrerá a renovação do contrato de locação por mais de um período por parte do proprietário do imóvel e que os custos com a renovação não sejam significativos em relação ao todo, a Administração da Companhia considera o prazo de amortização pelo período total do contrato incluindo suas renovações. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativos:	Período em anos
Edifícios	40 - 80 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 - 10 anos
Móveis e utensílios	5 - 10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Aeronave	7 anos
Equipamentos	5 - 10 anos

## 2.3.9. Ativos intangíveis

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a um determinado projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*; e
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*. Gastos de desenvolvimento, que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares*, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

## 2.3.10. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento, principalmente lojas e centro de distribuição, são mantidas para rendimentos de aluguel não são ocupadas pelo Grupo nas suas próprias operações. São inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os imóveis que estão em propriedades para investimentos e são alugados pelo Grupo para uso em suas operações, são tratados no consolidado pelo custo histórico. Portanto, PPI (Propriedades Para Investimento) nas demonstrações financeiras individuais, são reconhecidos ao valor justo, e no consolidado, pelo custo histórico como base de valor.

Anualmente em setembro, a Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados, para determinar o valor justo das propriedades para investimento.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil residual contabilizado do bem), são reconhecidos no resultado na rubrica de "Outros ganhos (perdas), líquidos".

## 2.3.11. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor presente da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do período do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar (taxa incremental nominal de financiamento).

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

## Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

## 2.3.12. Deterioração de ativos não financeiros - Impairment

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por recuperação de ativo não financeiro é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da recuperação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

## 2.3.13. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor. A Companhia não tem caixa ou equivalente de caixa restritos que compõem o saldo da conta.

## 2.3.14. Instrumentos financeiros

## Reconhecimento e mensuração inicial

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia compromete-se a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são reconhecidas inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Todos os custos das debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Os ganhos ou as perdas, decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras, líquidas" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.



## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(...continuação)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**Classificação e mensuração subsequente****Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às ambas condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
  - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes se atender às ambas condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do resultado:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
  - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao Valor Justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes como ao Valor Justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Impairment de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outros:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; e
- Quando torna-se provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para os ativos financeiros registrados pelo valor de custo amortizado, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

**Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber.**

A Companhia tem por prática o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, considerando o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa.

**Mensuração da perda esperada**

A mensuração das perdas esperadas requer aplicação de premissas significativas, o cálculo é baseado na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo. O procedimento de cálculo da perda de crédito esperada considera, entre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:

- **Estágio 1** - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2;
- **Estágio 2** - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3;
- **Estágio 3** - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD "*Probability of default*" para 100%.

O cálculo da perda esperada envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como: qualidade do crédito, concentração e fatores econômicos.

A classificação de instrumentos financeiros é realizada de acordo com o modelo de negócios que refletem seu objetivo para com o instrumento, verificando se os fluxos de caixa contratuais compreendem apenas pagamento de principal e juros.

**Parâmetros de risco de crédito**

Para determinar o valor de perda esperada, avalia-se primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos individualmente. Para medir esta perda, separa-se os ativos financeiros em grupos, levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- **Exposição à inadimplência ("Exposure at default" – EAD):** é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na data futura da inadimplência.
- **Probabilidade de inadimplência ("Probability of default" – PD):** é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros.
- **Loss Given Default ("Loss given default" – LGD):** é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

**Taxa de desconto**

A de desconto é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

**Visão Forward Looking**

Para a incorporação de informação prospectiva que possam reforçar o cálculo, são incluídas variáveis macroeconômicas em critérios e cálculo, utilizando cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios.

Para estimar os parâmetros acima, a Companhia aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros.

**Definição de inadimplência**

A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito.

As perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia são contabilizadas pelo custo amortizado e são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos e que não são cotados em um mercado ativo (a existência de vendas não supõe uma inconsistência com o modelo de negócio se são pontuais ou pouco significativas).

**Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

Os derivativos para negociação, apresentados na rubrica "Operações com derivativos", são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o patrimônio líquido ou resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

**Contabilidade de hedge**

Com base no CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – *Financial Instruments*), a Companhia adota a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa de transações futuras altamente prováveis, designando como instrumento de *hedge* suas dívidas captadas e/ou convertidas por instrumentos de *swap* em dólares americanos (USD) para proteção de suas receitas em USD (objeto de *hedge*), ambas designadas nominalmente em USD. Essa prática está alinhada à gestão de risco e estratégia da Administração, buscando demonstrar a equalização dos efeitos de variação cambial na demonstração do resultado à medida que são efetivamente realizados.

Os *swaps* pactuados pela Companhia são considerados operações "casadas", diretamente atreladas às operações de financiamentos específicas, tendo como resultado a conversão de determinado empréstimo e financiamento em moeda nacional em uma operação em moeda estrangeira. Dessa forma, o risco subjacente envolvido no *swap* é idêntico ao componente protegido em seu programa de contabilidade de *hedge*. Portanto, tais operações são abarcadas nos instrumentos de *hedge*.

A Companhia designa em seu programa de *hedge* o elemento *spot* do câmbio envolvido nos instrumentos financeiros designados no *hedge*. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos de câmbio (*forward points*) envolvida nas operações de *swap* inseridas no *hedge* também é reconhecida no patrimônio líquido, sob a rubrica de "ajustes de avaliação patrimonial", porém em conta contábil distinta compondo o custo do *hedge*.

Os efeitos de variação cambial (valor justo) dos instrumentos financeiros designados no *hedge* (empréstimos, financiamentos e *swaps*) tem seu registro contábil no patrimônio líquido, sob a rubrica de "ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos impostos de renda e contribuição social diferidos. À medida que houver a geração da respectiva receita em USD designada no programa de contabilidade de *hedge*, o registro da respectiva variação cambial acumulada em "ajustes de avaliação patrimonial" será levado ao encontro do objeto de *hedge* no resultado, sob a rubrica de "receita líquida de vendas".

A Companhia avalia a efetividade de seu programa de *hedge* através de testes de efetividade dentro dos critérios estabelecidos nos referidos pronunciamentos contábeis, comparando as alterações do valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações do valor justo do objeto protegido em relação ao risco coberto. Caso a relação de *hedge* não se demonstre efetiva, dentro dos limites estabelecidos em relação à proteção desejada, a parcela inefetiva dos efeitos de variação cambial sobre os empréstimos e financiamentos é reclassificada para a demonstração do resultado sob a rubrica de "resultado financeiro".

As movimentações do programa de contabilidade de *hedge* são reconhecidas na apuração dos resultados abrangentes dos exercícios.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 10.

**2.3.15. Contas a receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de serviços financeiros registrados no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (Nota 6).

**Cessão de direitos creditórios**

A Companhia utiliza a cessão de recebíveis a Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") como uma ferramenta para gerir seu fluxo de caixa mediante negociação dos seus recebíveis com cartões de crédito. A Companhia detém a titularidade de todas as contas subordinadas do fundo o que fazendo com que a Companhia fique substancialmente exposta aos riscos e benefícios relacionados ao fundo e, por consequência, apresenta aos saldos e transações do FIDC individualizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A mensuração inicial dos direitos creditórios é realizada ao valor justo na data da aquisição, e posteriormente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. São reconhecidas receitas financeiras à medida que os juros incidem, com base na taxa interna de retorno dos ativos adquiridos.

**2.3.16. Ajuste a valor presente**

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. As operações de compras e vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria. A taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2024 é de 1,55% ao mês (2023 – 1,10% ao mês).

**2.3.17. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**2.3.17.1. Confirming (risco sacado)**

Operação alternativa de suporte aos nossos fornecedores comerciais, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito junto às instituições financeiras. Não são realizadas de forma massificada e decorrem de decisão de gestão de caixa dos próprios fornecedores, sem incidência de encargos financeiros ou garantias adicionais para a Companhia, preservando as características comerciais normais do negócio, tanto em preço como em prazos inicialmente acordados entre a Companhia e o fornecedor. Nestas operações, os fornecedores, ao anteciparem seus recebíveis, transferem o direito do recebimento dos títulos para a instituição financeira, mantendo os prazos originais da transação, que foi realizada em condições comerciais similares às praticadas com aqueles fornecedores que não aderem a estas operações.

**2.3.18. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

**2.3.19. Reconhecimento de receita**

A receita da Companhia é reconhecida quando os seguintes critérios são atingidos: (i) Identificação do contrato com o cliente; (ii) Identificação das obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinação do preço das transações; (iv) Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecimento da receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações financeiras consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas, entre as empresas do Grupo. Para as receitas cujo recebimento se dará a prazo ou parcelado, a Companhia procede com o seu reconhecimento pelo valor presente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

**(a) Venda de produtos - Varejo**

A Companhia opera com pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de vendas de mercadoria e o correspondente custo das mercadorias vendidas são reconhecidos quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente (modelo "*cash and carry*"). As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito ou débito.

A receita oriunda das vendas das lojas físicas e do *e-commerce* é reconhecida após o seu faturamento, entrega e aceite das mercadorias por parte dos clientes, que é quando os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de mercadorias. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

**(b) Vendas de serviços financeiros**

A Controlada PEFISA vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço.

O Grupo realiza operações de crediário próprio, seguros, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

**(c) Receita de incorporação imobiliária**

As receitas de vendas, os custos de terrenos e construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado no momento da entrega das chaves que é o momento do cumprimento das obrigações de performance do contrato.

**(d) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

**2.3.20. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do estatuto social e da lei societária.

**2.3.21. Reservas de retenção de lucros**

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.

O lucro líquido, não distribuído como dividendos mínimos obrigatórios e não constituído como reserva legal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia em Assembleia Geral, o Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.

**3. Julgamentos e estimativas contábeis críticos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**3.1.1. Julgamento crítico****(a) Continuidade operacional**

Conforme descrito na Nota 1.1, a Administração da Companhia elaborou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no pressuposto de continuidade das suas operações e descreve a referida Nota, o plano da Administração para a consecução de suas atividades nos próximos exercícios considera em suas principais ações uma profunda transformação estratégica mediante implementação de uma série de iniciativas em diversas áreas de negócio. A Administração acredita que este conjunto de ações permitirão à Companhia alcançar o equilíbrio em seus negócios no futuro próximo. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período de tempo apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

**3.1.2. Estimativas críticas****(a) Incertezas de estimativas e premissas do contas a receber de clientes**

Como descrito na Nota 6, as contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento e por clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis, entre a data de venda ao cliente (constituição de devedores por vendas, serviços e financiamentos) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo determinada a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) sobre a vida da carteira de crédito, em especial com relação aos recebíveis da Controlada PEFISA. Na Nota 6, está apresentada as informações relevantes sobre os recebíveis do Grupo, incluindo títulos vencidos e a movimentação da PECLD.

**(b) Perda com inventário e desvalorização dos estoques**

A provisão para perdas dos estoques é estimada, com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico. A provisão para desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada, basicamente, por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção e por pequenos defeitos ocasionados no manuseio das mercadorias. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado (Nota 7).



## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90


 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## (c) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela Administração. As premissas e os julgamentos utilizados pela Administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da Administração (Nota 12).

## (d) Provisão para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias

Como descrito na Nota 19, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A Administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

## (e) Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas quando de reconhecimento e mensuração desses tributos. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Como requerido pela ICPC 22, o Grupo efetuou uma avaliação das posições tributárias assumidas nos últimos cinco anos e concluiu que é provável que as autoridades tributárias aceitem as posições tributárias assumidas pelo Grupo, portanto, não requerendo provisão em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

## (f) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os métodos e definir as premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

## (g) Valor justo das propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital são registrados como propriedades para investimento e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

Os principais dados utilizados pela Companhia na avaliação do valor justo, tais como taxas de desconto, rendimentos terminais, taxas de vacância esperadas e taxas de crescimento de aluguel são estimadas pelos avaliadores independentes com base em transações comparáveis e dados do setor (Nota 13c).

## (h) Taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

## (i) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário.

## 3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

## Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

**Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Os impactos de divulgação, para o Grupo, decorrente da referida alteração, estão mencionados nas Notas 3.2(i) e 49.15. **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“*sale and leaseback*”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revisitos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantidade de ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Essa alteração não teve impacto material para o Grupo.

**Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023 traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“*supplier finance arrangements – SFAs*”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento oferecem-se para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e as condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

(a) Os termos e as condições dos acordos SFAs.  
(b) Para a data de início e fim do período de reporte:  
(i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.  
(ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.  
(iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.

(c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i).

(d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações mencionadas acima tiveram impactos materiais nas divulgações efetuadas pelo Grupo, cujas divulgações adicionais estão mencionadas nas Notas 2.2(e), 23 e 42(c). Ainda em relação às alterações do IAS 7 e IFRS 7, a Companhia adotou a abordagem de divulgação completa (Nota 23), incluindo as informações comparativas anuais e os saldos iniciais de abertura.

## 3.3. Alteração de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**Alteração ao IAS 21 – Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

**Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“*SPPI test*”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“*FVOCI*”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

**Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como “*contracts referencing nature-dependent electricity*”. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade à variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de “*own use*”; (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*); e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

**IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela Administração dentro das demonstrações financeiras. A Administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
- O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela Administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

## IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

**Divulgações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

## 4.

## Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	20.739	52.377	29.728	73.120
Numerário em trânsito	3.976	24.216	3.976	24.216
Aplicações financeiras (i)	279.512	190.738	892.668	780.518
	<u>304.227</u>	<u>267.331</u>	<u>926.372</u>	<u>877.854</u>

(i) As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com rendimentos médios anuais de 97,84% do CDI ou 10,59% ao ano (2023 – 94,25% do CDI ou 12,29% ao ano). O saldo consolidado inclui aplicações em Certificados de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI-Over), efetuadas pela PEFISA e estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante), com rendimento médio anual de 100,19% do CDI (2023 – 100,81% do CDI).

Em 31 de dezembro de 2024, existem transações da Controladora com partes relacionadas no montante de R\$ 3.781 (2023 – R\$ 3.360), registradas em aplicações financeiras.

Os valores de caixa e equivalentes de caixa não apresentam restrições de uso.

## 5.

## Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras (i)	11.209	22.541	11.209	22.541
Aplicações financeiras – Caixa restrito (ii)	4.260	32.136	4.260	32.136
Aplicações financeiras – FIDC (iv)	24.895	-	24.895	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (iii)	-	-	178.288	332.594
	<u>40.364</u>	<u>56.677</u>	<u>218.652</u>	<u>387.271</u>

Circulante

Não Circulante

40.364 10.092 178.288 342.686

40.364 44.585 40.364 44.585

(i) Aplicação financeira de longo prazo a juros de 99% do CDI (2023 – 100% do IPCA + 4,80%). Estas aplicações não atendem aos critérios de classificação como caixa e equivalentes de caixa devido à sua natureza de investimento a longo prazo, ausência de liquidez imediata.

(ii) Refere-se a valor equivalente a 3 (três) parcelas dos contratos de Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI, registrados a valor presente e com vencimento final em 2027.

(iii) As aplicações financeiras referem-se a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, e são classificadas na categoria “VJR”. O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

(iv) Refere-se ao valor da cota subordinada do FIDC, a qual a Companhia é detentora, correspondente a 10% do total do Fundo e está correlacionado à cessão dos direitos creditórios apresentados na Nota 6.



## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(...continuação)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes por meio de cartão de crédito (ii)	267.867	218.882	310.176	225.199
Contas a receber partes relacionadas (Nota 8)	-	68.633	-	-
Operações de crédito (i)	-	-	3.359.048	3.567.490
	<u>267.867</u>	<u>287.515</u>	<u>3.669.224</u>	<u>3.792.689</u>
Circulante		287.515	3.475.356	3.701.430
Não Circulante		-	193.868	91.259

- (i) As operações de crédito são representadas por crédito direto ao consumidor e crédito pessoal oferecidos aos clientes da Companhia pela Controladora PEFISA.
- (ii) As contas a receber de clientes incluem os valores a receber de administradoras de cartões de crédito da Companhia sendo que, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 54.455 refere-se à carteira própria e ao montante de R\$ 214.122 refere-se à carteira cedida ao FIDC, que manteve-se apresentado como contas a receber, pois a Companhia é detentora de cotas subordinadas, conforme apresentado na Nota 5, e, como consequência, não transferiu substancialmente o risco da carteira de crédito para que houvesse o desconhecimento do ativo. Os saldos de contas a receber de carteira própria e de carteira cedida ao FIDC estão demonstrados conforme segue:

## Saldos por vencimento do contas a receber (exceto operação FIDC)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>A vencer</b>				
Até 30 dias	29.009	187.945	1.089.566	1.385.948
De 31 a 60 dias	8.303	38.476	550.273	603.130
De 61 a 90 dias	9.992	27.112	316.192	398.251
De 91 a 180 dias	4.607	25.265	558.294	616.673
Acima de 181 dias	2.544	11.850	570.353	438.096
	<u>54.455</u>	<u>290.648</u>	<u>3.084.678</u>	<u>3.442.098</u>
<b>Vencidas</b>				
De 01 a 30 dias	-	-	237.949	145.572
De 31 a 60 dias	-	-	67.668	99.862
De 61 a 90 dias	-	-	77.697	121.166
De 91 a 180 dias	-	-	254.232	350.844
Acima de 181 dias	-	-	527.694	484.885
	-	-	<u>1.165.240</u>	<u>1.202.329</u>

## Saldos por vencimento do contas a receber vinculado com a operação FIDC

O quadro a seguir apresenta os valores de contas a receber que foram cedidos ao FIDC.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Títulos cedidos – FIDC (i)</b>				
<b>A vencer</b>				
De 01 a 30 dias	61.328	-	61.328	-
De 31 a 60 dias	33.327	-	33.327	-
De 61 a 90 dias	48.898	-	48.898	-
De 91 a 180 dias	54.524	-	54.524	-
Entre 181 e 360 dias	16.045	-	16.045	-
	<u>214.122</u>	-	<u>214.122</u>	-

- (i) A Companhia antecipa parte de seus recebíveis através de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), com o objetivo de fazer captações para seu fluxo operacional. Em 31 de dezembro de 2024, os montantes envolvidos na carteira cedida são: Carteira cedida bruta no montante de R\$ 214.122, obrigação pelo recebimento da antecipação da carteira líquida de R\$ 203.126 registrado no passivo circulante na rubrica "Cessão de direitos creditórios – FIDC" e juros a transcorrer de R\$ 10.996, que serão apropriados ao resultado à medida que for ocorrendo à baixa da carteira. Abaixo segue a movimentação do FIDC no exercício:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
<b>Ativo circulante</b>		
Saldo inicial	-	-
Carteira cedida bruta	956.442	-
Liquidações	(728.728)	-
Juros apropriados	(13.593)	-
Saldo final	<u>214.122</u>	-
<b>Passivo circulante</b>		
Recebimento da antecipação da carteira bruta	214.122	-
Juros a transcorrer	(10.996)	-
Valor recebido líquido	<u>203.126</u>	-

## 8. Partes relacionadas

O financiamento de vendas aos clientes da Companhia é efetuado pela PEFISA. A elaboração de cadastros, a análise de crédito e a cobrança desses financiamentos são realizadas pelo Departamento de Crédito e Cobrança da Controlada. Por consequência, parte dos custos deste departamento é ressarcida pela PEFISA à Controladora. As transações de mútuos entre partes relacionadas são remuneradas, substancialmente, com base na variação de 100% da SELIC, e correspondeu em uma média de 10,83% ao ano (2023 – 10,95% ao ano).

Os saldos e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentados, conforme segue:

## (a) Controladora

## Em 31 de dezembro de 2024

	PEFISA	LUNDINVEST	ALINC	ALTSA	ALTSA	Muricy	Acionistas	Total – 2024
				Empreendimentos	Promotora			
<b>Ativo circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	3.781	-	-	-	-	-	-	3.781
Contas a receber de clientes (i)	6.438	18	3.374	-	-	371	-	10.201
Contratos de mútuos (vi)	-	-	34.077	-	1.964	-	-	36.041
Contratos de mútuos – com acionistas (v)	-	-	-	-	-	-	33.891	33.891
<b>Passivo circulante</b>								
Repasse de recursos (i)	(300.281)	-	-	-	-	-	-	(300.281)
Receita diferida (iv)	(30.000)	-	-	-	-	-	-	(30.000)
Contratos de mútuos – com acionistas (v)	-	-	-	-	-	-	(33.891)	(33.891)
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	(3.781)	-	-	-	-	-	-	(3.781)
<b>Passivo não circulante</b>								
Receita diferida (iv)	(225.000)	-	-	-	-	-	-	(225.000)
<b>Resultado do exercício</b>								
Receitas (Despesas) financeiras	(31.993)	-	926	(523)	(59)	-	-	(31.649)

## Em 31 de dezembro de 2023

	PEFISA	VOLTEI	ALINC	ALTSA	ALTSA	Muricy	Total – 2023
				Empreendimentos	Promotora		
<b>Ativo circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	3.301	-	-	-	-	-	3.301
Contas a receber de clientes (i)	68.001	12	-	-	-	620	68.633
<b>Passivo circulante</b>							
Repasse de recursos (i)	(117.233)	-	(979)	(240)	(668)	-	(119.120)
Repasse de recursos – risco sacado (ii)	(6.028)	-	-	-	-	-	(6.028)
Contratos de mútuos (iii)	(27.014)	-	(27.543)	(4.995)	(116.516)	-	(176.068)
Receita diferida (iv)	(32.274)	-	-	-	-	-	(32.274)
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	(3.301)	-	-	-	-	-	(3.301)
<b>Passivo não circulante</b>							
Receita diferida (iv)	(255.000)	-	-	-	-	-	(255.000)
<b>Resultado do exercício</b>							
Receitas (Despesas) financeiras	(10.950)	-	(1.702)	(751)	(16.919)	-	(30.322)

- (i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), cujos valores são repassados no prazo médio de 5 (cinco) dias.
- (ii) Trata-se de operação alternativa de suporte aos nossos fornecedores comerciais, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito nas instituições financeiras. Não são realizadas de forma massificada e decorrem de decisão de gestão de caixa dos próprios fornecedores, sem incidência de encargos financeiros ou garantias adicionais para nossa Companhia, preservando as características comerciais normais do negócio, tanto em preço como em prazos médios e portanto, preservando a essência da transação. Nestas operações, os fornecedores ao anteciparem seus recebíveis, transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira, mantendo os prazos originais da transação, que foi realizada em condições comerciais similares às praticadas com aqueles fornecedores que não aderem a estas operações. Em 31 de dezembro de 2024, não há operações de risco sacado.
- (iii) Refere-se a empréstimos de mútuo liquidados em 2024, com taxa de 100% do CDI + 3% ao ano.
- (iv) Trata-se de operação firmada em 2023 com a Controlada PEFISA, correspondente a investimento para a distribuição de produtos de balcão (seguros, garantias e produtos financeiros) em contrato de dez anos. O diferimento em 2024 foi no montante de R\$ 30.000 (2023 – R\$ 0) reconhecido no resultado do exercício.
- (v) Trata-se de transação envolvendo a cessão de direitos creditórios sobre o valor de venda de imóveis de determinados acionistas em conexão com emissão de debêntures conversíveis em ações. A baixa dos valores a receber (ativo circulante) ocorrerá após a venda dos imóveis, e será utilizado para aquisição das "Debêntures conversíveis em ações" da Companhia. As condições contratuais estipulam que as vendas dos imóveis devem ocorrer dentro de um prazo de 12 meses, razão pela qual está classificado como ativo circulante. A estrutura desta transação segue as mesmas condições das debêntures conversíveis em ações divulgadas na Nota 18 b, com uma taxa de atualização de CDI + 10% ao ano.
- (vi) Refere-se a mútuo efetuado para Controlada Alinc, com o objetivo de suprir necessidades de caixa, o qual está sendo remunerado à taxa do CDI.

www.pernambucanas.com.br

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>



## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90


  
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(...continuação)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia elabora projeção futura de geração de lucros tributáveis para a Controladora e suas controladas. Nestas projeções foram incorporadas o resultado das ações destacadas na Nota 1.1, as quais, conforme já explicadas devem reposicionar o Grupo, a níveis de retorno compatíveis com os principais concorrentes do mercado de varejo, bem como, aos índices de eficiência das instituições financeiras. A tabela abaixo demonstra a performance esperada para os próximos cinco anos dos principais *drivers* do varejo e da Financeira, cujos resultados devem corroborar com a estimativa de recuperação dos créditos tributários registrados em 31/12/2024.

## Varejo

	Mix 2024	Mix 2023	Crescimento médio anual venda bruta próximos 5 anos	Aumento margem 2024 a 2023	Redução média anual SG&A próximos 5 anos
Vestuário	60,6%	63,4%	5,5%	1,5 p.p.	Pessoal 1,3%
Lar	23,4%	24,2%	5,3%	0,9 p.p.	Ocupação -0,2%
Telefonia*	9,2%	0,0%	n.a.	n.a.	Tecnologia -14,4%
Outros**	6,9%	12,4%	17,6%	2,3 p.p.	Outros -12,9%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,5%</b>	<b>3,6 p.p.</b>	<b>Total -3,4%</b>

\*Segmento descontinuado

\*\*Portáteis e beleza

## Financeira

	Performance esperada nos próximos 5 anos
Carteira de crédito	Evolução anual de 11%
Rentabilidade da carteira	Redução de 11,4 p.p. em função de novo mix da carteira
Perda líquida %	Redução de 11,7 p.p. em função de novo mix da carteira
Loss Absorption	Incremento de 0,94 p.p.
Índice de eficiência	Ganho de produtividade em torno de 5,3 p.p.

## Período estimado de realização do imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa

Com base no resultado das projeções derivadas das premissas acima (cenário-base), a recuperação desses créditos tributários, é estimada para ocorrer nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2024	-	243.372	-	243.372
2025	-	-	1.235	-
2026	39.786	39.786	76.054	41.139
2027	62.473	14.543	111.102	16.467
2028	76.994	-	127.325	-
2029 e 2033	26.121	-	218.136	-
	<b>205.374</b>	<b>297.701</b>	<b>533.852</b>	<b>300.978</b>

## (b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferido ativo por companhia:

	2024	2023
Casas Pernambucanas	415.116	448.656
PEFISA	432.759	340.311
Promotora	41	93
Alic	(4.499)	7.254
	<b>843.417</b>	<b>796.314</b>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição sobre o lucro da Companhia considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuras oriundas da nova estratégia da Companhia (Nota 1.1), bem como oportunidades de planejamento tributário, em andamento.

As Controladas Hotel Jatiúca S.A. e Jatiúca Administradora e Serviços Ltda. têm um saldo total de base de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 71.203 (2023 – R\$ 72.415), para os quais não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, por não ser possível afirmar que sua realização é, presentemente, considerada mais provável que não de utilização. O crédito tributário não reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas totalizou em R\$ 24.209 (2023 – R\$ 24.621).

Todos os itens do imposto de renda e da contribuição social diferidos são debitados ou creditados diretamente no resultado do exercício.

## (c) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(596.129)	(400.470)	(671.655)	(469.363)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social – %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	202.684	136.160	228.363	159.583
Efeitos de imposto de renda e contribuição social de diferenças permanentes:				
Efeito da diferença na alíquota da contrib. social da PEFISA (i)	-	-	13.831	3.609
Incentivo de Inovação Tecnológica (Lei nº 11.196/2005)	-	-	-	18.830
Multas e atualizações monetárias indedutíveis	(1.556)	(3.246)	(1.556)	(3.246)
Direitos autorais – royalties	(4.375)	(3.591)	(4.375)	(3.591)
Resultado de equivalência patrimonial	(31.117)	(24.550)	-	-
Patrocínios e doações	-	(408)	-	(408)
Exclusão atualização monetária de indébitos tributários	44.114	17.082	44.114	17.082
Outras	(82)	1.382	630	(137)
Despesa de imposto de renda e contribuição social resultado do exercício	209.832	122.829	285.358	191.722
Corrente	-	-	(5.117)	(8.587)
Diferido	209.832	122.829	290.475	200.309
	<b>209.832</b>	<b>122.829</b>	<b>285.358</b>	<b>191.722</b>
Alíquota efetiva	-35%	-31%	-42	-41%

(i) A alíquota da Contribuição Social para a PEFISA é 15%.

## (d) Incertezas tributárias de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Administração da Companhia entende que não há impactos materiais nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos fiscais.

O tema relacionado abaixo foi avaliado pela Administração e seus assessores legais como provável de ser aceito pelas autoridades fiscais, segundo o IFRIC 23 / ICPC22, conforme relacionado a seguir:

## Auto de infração de IRRF, IRPJ e CSLL

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada em relação ao IRRF, ao IRPJ e à CSLL, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 303.332 (2023 – R\$ 252.376).

Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual, não foi registrada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Presentemente, as matérias consignadas no auto infracional, estão sendo discutidas na esfera judicial.

Em outubro de 2022, um dos processos que compõem o montante acima teve julgamento desfavorável à Companhia, referente à ação anulatória nº 5033639-63.2022.4.03.6100 que trata do IRPJ e da CSLL onde a Companhia pleiteia a anulação dos débitos. Naquela ocasião a Administração pretendia obter a oportunidade de um Refis e fazer o pagamento desta ação, motivo pelo qual foi efetuada uma provisão no montante de R\$ 49.558 (2023 – R\$ 38.065).

Em 2024, houve a judicialização de toda ação envolvendo o caso (IRPJ, CSLL e IRRF), os Assessores Jurídicos da Companhia continuam classificando a ação como possível, e com boas chances de êxito. A posição firme de seus Assessores Jurídicos com relação à possibilidade de êxito na ação, levou a Administração a desistir de entrar em um possível Refis, e tomar a decisão pela reversão da provisão em 2024 classificando o processo como possível, razão pela qual houve o aumento do saldo de possíveis em relação ao ano de 2023.

## 13. Investimentos

Controladas	Participação societária %	31/12/2023	Aportes de capital	Dividendos distribuídos	Participação nos lucros de controladas	Baixas		Transferências	31/12/2024
Lundinvest S.A. - Investimentos e Participações (i)	100	749.210	363.000	-	(125.852)	-	-	-	986.358
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	99,99	46	-	-	(183)	-	-	-	(137)
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. (ii)	99,99	257.387	91.587	(28.998)	30.612	(151.212)	(160.180)	-	39.196
Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A. (iii)	100	33.083	42.023	-	10.769	(245.665)	159.790	-	-
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	10	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda. (iv)	100	117.440	-	(14.000)	(4.994)	(100.000)	-	-	(1.554)
Pernambucanas Shangai	100	78	1.491	-	(1.869)	-	390	-	90
<b>Total controladas</b>		<b>1.157.244</b>	<b>489.101</b>	<b>(42.998)</b>	<b>(91.521)</b>	<b>(496.877)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.023.949</b>
<b>Passivo a descoberto</b>									
Voltei Intermediações de Negócios Ltda.	99,8	(10)	-	-	-	-	-	-	(10)
<b>Total do passivo a descoberto</b>		<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10)</b>

- (i) Trata-se de dois aportes de capital ocorridos durante o exercício de 2024: (i) aumento de capital da Controladora, no montante de R\$ 243.000, relacionado com transação de créditos tributários diferidos alienados para a PEFISA e subsequentemente aportados como capital na PEFISA, pela Controladora (Nota 12.b); e (ii) nos últimos anos, a PEFISA vem aumentando de forma significativa a sua carteira de crédito e base de clientes. Em função deste crescimento e para ficar aderente aos índices do Banco Central do Brasil, houve necessidade da Controladora fazer aporte de capital, efetuados no período de abril a agosto de 2024, no valor de R\$ 120.000, totalizando um montante de aportes de capital em 2024 de R\$ 363.000 (2023 – R\$ 210.000).
- (ii) Em 2024, a Alic realizou reorganizações societárias e transações de venda de imóveis que resultou nas seguintes operações: (i) a Controladora realizou aporte de capital no montante de R\$ 91.587, via realização de lucros originados na transação original de transferência dos imóveis ao valor de custo; (ii) baixa de R\$ 151.212 referente à venda dos imóveis para terceiros; e (iii) transferências dos imóveis para a empresa Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A., no montante de R\$ 159.790, para subsequente venda da própria empresa (Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A.), com os imóveis, ocorrida em 27 de junho de 2024.
- (iii) Conforme contrato firmado em 27 de junho de 2024, houve a venda das ações da Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A. para terceiros, resultando na baixa da totalidade do investimento da Controladora. Na transação de venda da Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A., ocorreram as seguintes operações: (i) a Controladora realizou aporte de capital no montante de R\$ 42.023, via realização de lucro originado na transação original de transferência dos imóveis ao valor de custo; (ii) baixa de R\$ 245.665, referente à venda dos imóveis para terceiros; (iii) R\$ 159.790 referente a transferências dos imóveis recebidos da Alic, no valor de R\$ 159.790, em função da reestruturação para venda da empresa com todos os imóveis para a Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A. Essas operações geraram um ganho de capital na Controladora no montante de R\$ 131.621, conforme Nota 25.
- (iv) Conforme Nota 8, em 2024, a Companhia efetuou a liquidação do mútuo anteriormente registrado como obrigação perante sua Controlada Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda., no valor de R\$ 114.000 mil. A liquidação foi realizada por meio de uma redução de capital da Companhia, no montante R\$ 100.000, juntamente com a compensação de dividendos a receber da referida Controlada, no montante de R\$ 14.000.

Controladas	Participação societária %	31/12/2022	Aportes de capital	Dividendos distribuídos	Participação nos lucros de controladas	Baixas		Transferências	31/12/2023
PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	578.081	150.000	-	(36.499)	-	(691.582)	-	-
Lundinvest S.A. - Investimentos e Participações (i)	100	-	60.050	-	(2.456)	-	691.616	-	749.210
Hotel Jatiúca S.A. (ii)	99,94	66.305	-	-	-	-	(66.305)	-	-
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	99,99	3.853	-	(3.400)	(407)	-	-	-	46
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	99,99	291.102	13.645	-	(47.327)	-	(33)	-	257.387
Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A.	100	33.800	-	(6.830)	6.114	-	(1)	-	33.083
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	100	108.435	-	-	9.005	-	-	-	117.440
Pernambucanas Shangai	100	-	711	-	(633)	-	-	-	78
<b>Total controladas</b>		<b>1.081.576</b>	<b>224.406</b>	<b>(10.230)</b>	<b>(72.203)</b>	<b>-</b>	<b>(66.305)</b>	<b>-</b>	<b>1.157.244</b>
<b>Coligada</b>									
JG Soluções em Tecnologia Ltda. (iii)	49	3.177	-	-	-	(3.177)	-	-	-
<b>Investimento</b>		<b>1.084.753</b>	<b>224.406</b>	<b>(10.230)</b>	<b>(72.203)</b>	<b>(3.177)</b>	<b>(66.305)</b>	<b>-</b>	<b>1.157.244</b>
<b>Passivo a descoberto</b>									
Voltei Intermediações de Negócios Ltda.	99,8	(7)	-	-	(3)	-	-	-	(10)
<b>Total do passivo a descoberto</b>		<b>(7)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10)</b>

## (a) Equalização das práticas contábeis entre sociedades controladora e controladas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem entidades que atuam nos segmentos de varejo de mercadorias e operações de financiamento. Conforme requerido pelo CPC 18 - "Investimento em Controlada e Coligada", transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes devem ser apresentadas de maneira uniforme em relação às políticas contábeis da Controladora e, consequentemente, às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Todas as Controladas possuem a mesma data-base de fechamento da Controladora.

As demonstrações financeiras da PEFISA, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e não houve divergências com as práticas contábeis adotadas no Brasil utilizadas pela Controladora na elaboração de suas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações financeiras da Alic, em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários. Não houveram divergências entre as referidas práticas contábeis com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS utilizadas pela Controladora que requeressem ajustes ou reclassificações na elaboração de suas demonstrações contábeis consolidadas.

## (b) Principais companhias do consolidado

Os principais grupos de contas de ativos e passivos e de resultado das principais controladas estão apresentados como segue:

	2024				
	Balancos patrimoniais				
	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida de venda	Lucro (prejuízo) do exercício
Lundinvest S.A.	5.610.451	4.624.092	986.359	1.488.418	(125.852)
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	236	373	(137)	-	(183)
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	97.528	58.331	39.197	26.420	30.612
Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	-	-	-	10.769
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	1.640	3.194	(1.554)	144	(4.994)
Pernambucanas Shangai	68	182	(114)	151	(1.868)

	2023			
	Balancos patrimoniais			
	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida de venda
Lundinvest S.A.	5.873.593	(5.124.383)	(749.210)	1.371.695
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	716	(670)	(46)	-
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. (i)	295.327	(37.927)	(257.400)	27.718
Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A.	33.266	(183)	(33.083)	5.518
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	120.164	(2.724)	(117.440)	230
Pernambucanas Shangai	191	(145)	(46)	877

(i) O prejuízo da Alic em 2023 é substancialmente justificado pela provisão de *impairment* para alguns imóveis, conforme Nota 13 c (ii).

www.pernambucanas.com.br

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

**PERNAMBUCANAS**  
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(...continuação)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## (c) Propriedades para investimentos (empresa imobiliária)

Valor dos bens	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	56.632	247.435
Adição ao custo (i)	-	16.398
Baixa por alienação (ii)	(57.840)	(3.064)
Transferência para ativos mantidos para venda (a)	-	(143.391)
Reversão (Provisão) <i>impairment</i> (iii)	31.042	(62.235)
Avaliação a valor justo no exercício	(4.191)	1.489
	25.643	56.632

(i) Refere-se a benfeitorias nos imóveis classificados em propriedade para investimento no montante de R\$ 2.753 e aquisição pela Alinc de 50% do imóvel da Loja Campo Grande Shopping via Aporte de Capital da Controladora em setembro de 2023, no montante de R\$ 13.645.

(ii) Refere-se à baixa por venda dos imóveis: Cadiriri, Teodoro Sampaio, Loja do Campo Grande Shopping e Mogi Guaçu.

(iii) Em virtude da desapropriação de imóvel pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), em 2023, a Companhia registrou perda por desvalorização no valor de R\$ 31.042, referente à diferença entre o laudo da PMSP e o valor registrado do imóvel. Ainda em 2023, a Controladora entrou em um processo de arbitragem com a PMSP entendendo que o valor proposto era substancialmente inferior ao valor justo do imóvel. Em 2024, a Controladora obteve êxito na arbitragem obrigando a PMSP a pagar o valor de laudo. Como resultado da arbitragem, a Controladora reverteu a referida provisão no exercício de 2024. Os demais recebeu propostas de venda de determinados imóveis por valores inferiores ao valor contábil, em decorrência da constituição de provisão para perdas de um determinado imóvel por valor de venda e em virtude da determinação do preço houve a reversão total do *impairment* constituído no exercício de 2023 em função da venda dos imóveis para terceiros.

## (a) Ativos mantidos para venda e operação descontinuada

Em 2024, a venda da Controlada Hotel Jatiúca S.A. foi avaliada como altamente provável, a qual foi aprovada e assinada em 9 de outubro de 2023. Como resultado desta avaliação, o Hotel Jatiúca foi classificado no balanço patrimonial consolidado como um ativo mantido para venda.

	2024		2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Ativos não operacionais:</b>				
Imóvel Cadiriri	-	-	-	95.041
Imóvel Universidade Corporativa	-	-	-	83.433
Imóvel Teodoro Sampaio	-	-	-	27.152
				205.626
<i>Impairment</i> (i)	-	-	-	(62.235)
	-	-	-	143.391
Hotel Jatiúca	64.018	64.018	69.422	69.422
	64.018	64.018	69.422	69.422
<b>Total dos ativos mantidos para venda</b>	<b>64.018</b>	<b>64.018</b>	<b>69.422</b>	<b>212.813</b>

(i) Refere-se à provisão constituída para os ativos não circulantes mantidos para venda. É composta pela diferença entre o valor de registro contábil e a proposta assinada de compra e venda: Cadiriri R\$ (27.041); Universidade Corporativa R\$ (31.042); e Teodoro Sampaio R\$ (4.152).

(ii) O valor de R\$ 64.018 (2023 – R\$ 69.422) na Controladora refere-se ao valor do investimento de Altsa no Hotel Jatiúca, uma vez que a Altsa está vendendo a participação societária total que detém do Hotel.

## 14.

## Imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, de acordo com o CPC 01 (R4), sendo que, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou a recuperabilidade e não identificou a necessidade de constituir provisão para os seus ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente, por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

## (a) Controladora

Valor contábil	Saldo em 01/01/2024	Adições	Transferências	Provisão para perda	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024	Acumulado	
								Custo	Depreciação
Terenos e prédios	-	4.158	-	-	(15)	(34)	4.109	4.144	(35)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	221.476	-	479	(13.118)	(23.311)	(31.413)	154.113	536.040	(381.927)
Móveis e utensílios	89.309	18.240	-	-	(1.513)	(15.089)	90.947	244.411	(153.464)
Instalações	224.196	-	55.515	-	(23.584)	(35.788)	220.339	495.982	(275.643)
Veículos	109	-	22	-	(53)	(78)	-	1.162	(1.162)
Equipamento de processamento de dados	35.975	4.634	-	-	(680)	(11.134)	28.795	170.946	(142.151)
Imobilizado em andamento	46.301	30.463	(56.016)	-	-	-	20.748	20.748	-
<b>Total</b>	<b>617.366</b>	<b>57.495</b>	<b>-</b>	<b>(13.118)</b>	<b>(49.156)</b>	<b>(93.536)</b>	<b>519.051</b>	<b>1.473.433</b>	<b>(954.382)</b>

Ano 2023:

Valor contábil	Saldo em 01/01/2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Acumulado	
							Custo	Depreciação
Benfeitorias em imóveis de terceiros	227.207	-	27.374	(396)	(32.709)	221.476	571.990	(350.514)
Móveis e utensílios	88.192	16.089	-	-	(14.972)	89.309	227.685	(138.376)
Instalações	200.782	-	57.770	(1.684)	(32.672)	224.196	464.051	(239.855)
Veículos	201	-	-	-	(92)	109	1.193	(1.084)
Equipamento de processamento de dados	33.947	13.609	-	(603)	(10.978)	35.975	166.992	(131.017)
Aeronaves	3.774	-	-	(3.539)	(235)	-	-	-
Imobilizado em andamento	87.240	44.205	(85.144)	-	-	46.301	46.301	-
<b>Total</b>	<b>641.343</b>	<b>73.903</b>	<b>-</b>	<b>(6.222)</b>	<b>(91.658)</b>	<b>617.366</b>	<b>1.478.212</b>	<b>(860.846)</b>

## (b) Consolidado

Valor contábil	Saldo em 01/01/2024	Adições	Transferências	Provisão para perda	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024	Acumulado	
								Custo	Depreciação
Terenos e prédios	-	1.680	-	-	-	-	1.680	1.680	-
Imóveis	26.487	2.478	-	-	(26.502)	(34)	2.429	2.464	(35)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	221.477	-	479	(13.118)	(23.313)	(31.413)	154.112	536.173	(382.061)
Móveis e utensílios	89.397	18.242	-	-	(1.571)	(15.109)	90.959	244.702	(153.743)
Instalações	224.342	31	55.515	-	(23.587)	(35.811)	220.490	495.349	(274.859)
Veículos	107	-	22	-	(51)	(78)	-	1.163	(1.163)
Equipamento de processamento de dados	35.994	4.634	-	-	(683)	(11.140)	28.805	169.033	(140.228)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	18	2.503	-	-	-	(337)	2.184	2.586	(402)
Imobilizado em andamento	46.506	30.463	(56.016)	-	(205)	-	20.748	20.748	-
<b>Total</b>	<b>644.328</b>	<b>60.031</b>	<b>-</b>	<b>(13.118)</b>	<b>(75.912)</b>	<b>(93.922)</b>	<b>521.407</b>	<b>1.473.898</b>	<b>(952.491)</b>

Ano 2023:

Valor contábil	Saldo em 01/01/2023	Adições	Transferências	Transfêrencia para ativo não circulante mantido para venda	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Acumulado	
								Custo	Depreciação
Terenos	29.155	-	-	(29.155)	-	-	-	-	-
Imóveis	56.923	-	-	(28.151)	(1.388)	(897)	26.487	26.488	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	227.209	-	27.374	-	(397)	(32.709)	221.477	572.125	(350.649)
Móveis e utensílios	88.813	16.089	-	(428)	(53)	(15.024)	89.397	228.031	(138.633)
Instalações	201.564	82	57.770	(692)	(1.683)	(32.699)	224.342	463.390	(239.049)
Veículos	200	-	-	-	-	(93)	107	1.192	(1.085)
Equipamento de processamento de dados	34.001	13.609	-	(29)	(554)	(11.033)	35.994	165.083	(129.088)
Aeronaves	3.774	-	-	-	(3.540)	(234)	-	-	-
Imobilizado em andamento	87.491	44.205	(85.144)	(46)	-	-	46.506	46.506	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.739	4	-	(1.716)	-	(9)	18	83	(66)
<b>Total</b>	<b>730.869</b>	<b>73.989</b>	<b>-</b>	<b>(60.217)</b>	<b>(7.615)</b>	<b>(92.698)</b>	<b>644.328</b>	<b>1.502.898</b>	<b>(858.570)</b>

(c) *Impairment* de ativos não financeiros

O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Em 2024, o valor dos ativos fixos foi revisado para a verificação de necessidade de ajuste de *impairment* que teve como principal gatilho o desempenho operacional conforme a política contábil apresentada na Nota 2.3.11.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2024 são as que seguem:

- O gatilho para se testar uma loja, quanto à sua recuperabilidade (*impairment*) futura se deve a partir de um histórico de prejuízo em três anos seguidos.
- Com o acionamento do gatilho, o teste de *impairment* irá considerar as seguintes etapas:
  - Projeção futura de fluxo de caixa obedecendo o período do contrato de locação de cada loja ou o máximo de cinco anos, dos dois o menor;
  - Fluxo de caixa a valor presente líquido (VPL), a taxa média de 11,15% a.a.;
  - Delta ente o valor presente líquido (VPL) e o valor contábil líquido (custo original - depreciação acumulada, excluindo também os itens que possam ser utilizados, ainda que em outras lojas, gerando benefícios econômicos para a organização), adicionado o direito de uso residual do imóvel.
  - O *impairment*, ou seja, o impacto negativo no resultado da organização, deve ser até o limite da soma entre o valor contábil líquido e o direito de uso do imóvel, visando refletir a real recuperabilidade do ativo avaliado.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas significativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

## 15.

## Ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas em virtude do reconhecimento dos compromissos futuros originados dos contratos de locação que, após avaliação da Companhia, identificou-se estarem no escopo da CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos, conforme demonstrado abaixo:

## (a) Direito de uso de ativo

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>1.448.669</b>	<b>15.464</b>	<b>1.464.133</b>	<b>1.451.165</b>	<b>15.464</b>	<b>1.466.629</b>
Saldo inicial em 01/01/2023	1.448.669	15.464	1.464.133	1.451.165	15.464	1.466.629
Adições	21.010	23.283	44.293	21.106	23.283	44.389
Depreciação no exercício (Nota 26)	(199.931)	(5.663)	(205.594)	(200.225)	(5.663)	(205.888)
Baixa por encerramento	(8.001)	(58)	(8.059)	(8.001)	(58)	(8.059)
Ajuste por remensuração	48.040	847	48.887	47.609	848	48.457
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>1.309.787</b>	<b>33.873</b>	<b>1.343.660</b>	<b>1.311.654</b>	<b>33.874</b>	<b>1.345.528</b>
Saldo inicial em 01/01/2024	1.309.787	33.873	1.343.660	1.311.654	33.874	1.345.528
Adições	110.507	2.800	113.307	110.507	2.800	113.307
Depreciação no exercício (Nota 26)	(198.724)	(8.738)	(207.462)	(199.033)	(8.738)	(207.771)
Baixa por encerramento (i)	(55.433)	31	(55.402)	(55.433)	31	(55.402)
Ajuste por remensuração	61.511	2.058	63.569	60.848	2.058	62.706
<i>Impairment</i> (ii)	(37.626)	-	(37.626)	-	-	(37.626)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>1.190.022</b>	<b>30.024</b>	<b>1.220.046</b>	<b>1.190.717</b>	<b>30.025</b>	<b>1.220.742</b>

(i) Durante o exercício de 2024, a Companhia fechou 24 lojas gerando uma baixa no direito de uso no montante de R\$ 55.433.

(ii) A Companhia tem a prática de realizar avaliação anual de seus ativos, e para um grupo de 21 Lojas (Unidades Geradoras de Caixa – UGC) o valor recuperável de seus ativos ficou abaixo do valor contábil, para esse grupo de lojas juntamente com o direito de uso foi realizado *impairment*, conforme demonstrado acima. Sempre que uma UGC apresentar prejuízo nos últimos três exercícios e a sua geração de caixa for menor que o valor residual de seus ativos não removíveis, é o parâmetro para realização do *impairment*, Nota 14c.

## (b) Passivo de arrendamento

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>1.654.083</b>	<b>16.211</b>	<b>1.670.294</b>	<b>1.656.805</b>	<b>16.211</b>	<b>1.673.016</b>
Saldo inicial em 01/01/2023	1.654.083	16.211	1.670.294	1.656.805	16.211	1.673.016
Adições	21.010	23.283	44.293	21.106	23.283	44.389
Juros apropriados	186.817	2.995	189.812	187.061	2.995	190.056
Baixa por pagamento – principal	(198.175)	(5.914)	(204.089)	(198.588)	(5.914)	(204.502)
Baixa por pagamento – juros	(137.974)	(2.135)	(140.109)	(138.191)	(2.135)	(140.326)
Baixa por encerramentos	(8.001)	(58)	(8.059)	(8.001)	(58)	(8.059)
Ajuste por remensuração	48.238	847	49.085	47.947	847	48.794
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>1.565.998</b>	<b>35.229</b>	<b>1.601.227</b>	<b>1.568.139</b>	<b>35.229</b>	<b>1.603.368</b>
Saldo inicial em 01/01/2024	1.565.998	35.229	1.601.227	1.568.139	35.229	1.603.368
Adições	110.508	2.800	113.308	110.508	2.800	113.308
Juros apropriados	170.169	4.260	174.429	170.155	4.260	174.415
Baixa por pagamento – principal	(199.273)	(8.514)	(207.787)	(199.592)	(8.514)	(208.106)
Baixa por pagamento – juros	(142.325)	(2.784)	(145.109)	(142.457)	(2.784)	(145.241)
Baixa por encerramentos (i)	(55.433)	31	(55.402)	(55.433)	31	(55.402)
Ajuste por remensuração	62.729	2.059	64.788	61.866	2.059	63.925
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>1.512.373</b>	<b>33.081</b>	<b>1.545.454</b>	<b>1.513.186</b>	<b>33.081</b>	<b>1.546.267</b>
Passivo circulante						

## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 668 contratos de arrendamento (615 em 31 de dezembro de 2023) para suas unidades comerciais e administrativas, sendo que alguns destes prevêem uma contraprestação variável, incidente sobre as vendas, cujo valor continua sendo registrado como despesa de acordo com a sua competência. Para os contratos que, após análise inicial, estão no escopo da norma, na mensuração do passivo de arrendamento considerou-se o valor dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal. A taxa média ponderada anual de desconto utilizada para os novos contratos, foi de 16,15% (2023 – 14,42%).

Abaixo o cronograma de vencimento do passivo de arrendamento:

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2024	-	208.483	-	209.148
2025	243.606	195.534	243.917	195.932
2026	204.823	206.259	200.923	206.399
2027	204.966	206.254	205.071	206.389
2028	197.968	196.775	198.073	196.911
2029	169.159	158.431	169.259	158.567
2030	147.010	136.190	147.091	136.291
2031	92.269	92.269	92.338	92.338
2032 em diante	289.653	201.032	289.595	201.393
<b>Saldo final</b>	<b>1.545.454</b>	<b>1.601.227</b>	<b>1.546.267</b>	<b>1.603.368</b>

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel na ocorrência de seus pagamentos, em 31 de dezembro de 2024, o valor potencial do crédito trazido a valor presente é de R\$ 66.357 (2024 – R\$ 148.311).

## (c) Resultado

No quadro abaixo, apresentamos os valores reconhecidos no resultado de despesas com depreciação de direito de uso e despesas financeiras de arrendamento, demonstrando a variação entre os valores efetivamente pagos e os valores reconhecidos em resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Redução em despesas de ocupação	(352.896)	(344.198)	(353.347)	(344.828)
Aumento em depreciação com direito de uso	207.462	205.594	207.771	206.447
Aumento em despesas financeiras com arrendamento	174.429	189.813	174.415	190.057
	28.995	51.209	28.839	51.676

## (d) Arrendamentos de curto prazo, baixo valor e de contraprestação variável

A Companhia possui contratos de arrendamento que se enquadram nas características de isenção da norma para bens de baixo valor, bens que, apesar de não serem de baixo valor, seu prazo é igual ou inferior a 12 meses, e bens cuja contraprestação é variável. Tais contratos estão representados, substancialmente, por empilhadeiras, ferramentas, máquinas e equipamentos de informática. Esses valores são reconhecidos na DRE na rubrica de despesas com vendas.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bens de baixo valor	9.060	8.710	9.060	8.710
Arrendamento de curto prazo	95	1.351	95	1.351
Arrendamentos variáveis	19.553	34.657	6.200	17.123
<b>Despesas de arrendamento</b>	<b>28.708</b>	<b>44.718</b>	<b>15.355</b>	<b>27.184</b>

## 16. Intangível

## (a) Controladora

Valor contábil	Taxa amortização %	Saldo em 01/01/2024	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Acumulado	
								Custo	Amortização
Marcas registradas e licenças	-	565	-	-	-	-	565	565	-
Licenças de software	20	203.856	-	123.109	(15.878)	(73.322)	237.765	618.073	(380.308)
Software em andamento (i)	-	144.529	-	(123.109)	-	-	9.382	9.382	-
<b>Total</b>		<b>348.950</b>			<b>(27.916)</b>	<b>(73.322)</b>	<b>247.712</b>	<b>628.020</b>	<b>(380.308)</b>

  

Valor contábil	Taxa amortização %	Saldo em 01/01/2023	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2023	Acumulado	
								Custo	Amortização
Marcas registradas e licenças	-	565	-	-	-	-	565	565	-
Licenças de software	20	176.058	-	79.774	-	(51.976)	203.856	510.842	(306.986)
Software em andamento (i)	-	135.703	88.600	(79.774)	-	-	144.529	144.529	-
<b>Total</b>		<b>312.326</b>	<b>88.600</b>			<b>(51.976)</b>	<b>348.950</b>	<b>655.936</b>	<b>(306.986)</b>

## (b) Consolidado

Valor contábil	Taxa amortização %	Saldo em 01/01/2024	Adições	Transferências	Transferência para venda	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Acumulado	
									Custo	Amortização
Marcas registradas e licenças	-	565	-	-	-	-	-	565	565	-
Licenças de software	20	254.899	26.586	123.109	-	(15.878)	(89.894)	298.822	618.261	(319.439)
Software em andamento (i)	-	408.081	30.307	(123.109)	-	(193.664)	-	121.615	121.615	-
<b>Total</b>		<b>663.545</b>	<b>56.893</b>			<b>(209.542)</b>	<b>(89.894)</b>	<b>421.002</b>	<b>740.441</b>	<b>(319.439)</b>

  

Valor contábil	Taxa amortização %	Saldo em 01/01/2023	Adições	Transferências	Transferência para venda	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2023	Acumulado	
									Custo	Amortização
Marcas registradas e licenças	-	565	-	-	-	-	-	565	565	-
Licenças de software	20	229.119	-	91.678	-	-	(65.984)	254.899	672.457	(417.558)
Software em andamento	-	310.704	189.230	(91.678)	-	(39)	(49)	408.081	408.081	-
<b>Total</b>		<b>540.388</b>	<b>189.230</b>			<b>(39)</b>	<b>(49)</b>	<b>663.545</b>	<b>1.081.103</b>	<b>(417.558)</b>

(ii) O efeito da baixa de software no consolidado é basicamente representada pelas transações ocorridas na PEFISA: Venda de software por estratégia de negócios no montante de R\$ 110.363; e baixa de software por adequação a novos cenários que inviabilizam a sua continuidade no montante de R\$ 71.263.

## 17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais	741.637	1.027.208	742.206	1.027.738
Fornecedores estrangeiros	2.696	29.774	2.696	29.774
Fornecedores – imobilizado, material de consumo e outros	113.056	76.758	113.295	76.495
Valores de repasse a operadoras de cartões (ii)	-	-	1.821.367	1.918.319
Ajuste a valor presente	(15.448)	(18.220)	(15.448)	(18.220)
<b>Total fornecedores</b>	<b>841.941</b>	<b>1.115.520</b>	<b>2.664.116</b>	<b>3.034.106</b>

Passivo circulante

No passivo não circulante

(i) A Companhia oferece aos seus clientes, cartões de crédito bandeirado com a opção de utilização em estabelecimento de terceiros. Os débitos das aquisições de bens e serviços pelos clientes, originados em estabelecimentos comerciais credenciados à bandeira, são repassados às operadoras de cartões de crédito.

## (a) Fornecedores - risco sacado

A Companhia dá a opção a seus fornecedores de anteciparem seus recebíveis, transferindo o direito do recebimento dos títulos para as instituições financeiras. Os fornecedores que aderem ao acordo de financiamento receberão o pagamento antecipado. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual a Companhia não é parte. Para que a instituição financeira pague as faturas, os bens devem ter sido recebidos e as faturas devem ser aprovadas pela Companhia. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, a Companhia quita a fatura original pagando a instituição financeira, de acordo com a data de vencimento original mencionada. Os prazos de pagamento com os fornecedores não foram renegociados em conjunto com os acordos. O montante de risco sacado em 31 de dezembro de 2024 é:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações de risco sacado	46.674	6.028	46.674	-
<b>Total</b>	<b>46.674</b>	<b>6.028</b>	<b>46.674</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2024, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras era negociado diretamente entre as instituições financeiras e os fornecedores, a Companhia não participa dessas negociações nem recebe comissões.

## 18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa anual de juros e comissões - %	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
			Capital de giro – moeda estrangeira – USD (iv)	CDI + 6,70% a.a.	2024	68.267
Capital de giro – moeda nacional (iii)	CDI + 3,79% a.a.	2025-2029	158.955	338.970	167.962	338.970
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI (i)	CDI + 2,74% a.a.	2025	83.997	249.584	83.997	249.584
	Taxa média de 120,32% do CDI	2025-2028	-	-	2.552.573	2.472.552
			311.219	678.359	2.872.799	3.150.911
Passivo circulante			256.607	364.706	1.343.453	820.579
No passivo não circulante			54.612	313.653	1.529.346	2.330.332

(i) A Companhia detém empréstimos bancários e Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) com cláusulas contratuais (covenants) que, entre outros aspectos, requerem a manutenção de indicadores financeiros anuais e atendimento de determinados prazos para disponibilização de demonstrações financeiras. Estes indicadores são acompanhados mensalmente pela Companhia, estão dentro dos limites indicados e são os seguintes: (i) a margem EBITDA (Lucro antes dos impostos, depreciação e amortização) mínima seja de 0,5%; (ii) patrimônio líquido mínimo de R\$ 700.000; (iii) dívida financeira líquida (somatório dos empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades de caixa) de até R\$ 1.000.000; e (iv) Dívida líquida EBITDA ≤ 3. Os detalhes estão descritos na Nota 18c.

(ii) Os depósitos interfinanceiros captados pela PEFISA estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante).

(iii) Refere-se a capital de giro para apoiar suas atividades operacionais, a Companhia vem investindo fortemente na expansão de sua rede de Lojas e, com isso, faz captações de apoio ao seu caixa operacional.

(iv) Os empréstimos foram contratados com base na taxa do dólar da data da contratação, e utilizado instrumentos derivativo (hedge) fixado ao CDI + 6,70% a.a.

A Administração da Companhia contratou hedge dos instrumentos financeiros NDFs (Nota 10), através de operações de swap, convertendo as obrigações financeiras tomadas em dólares norte-americanos, para o CDI.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, assim como os empréstimos atrelados à variação do CDI, apresentam diferença entre o valor contábil e o valor de mercado apurado pelo método do fluxo de caixa descontado, e estão demonstrados na Nota 27:

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão previstos para as seguintes datas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2024	-	364.706	-	820.579
2025	256.607	112.315	1.343.453	1.062.922
2026	35.677	64.729	1.061.505	917.809
2027	5.677	49.929	258.820	262.921
2028	5.677	86.680	201.441	86.680
2029	7.581	-	7.580	-
	<b>311.219</b>	<b>678.359</b>	<b>2.872.799</b>	<b>3.150.911</b>

	2024		Consolidado 2023	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Moeda estrangeira	68.267	68.205	89.805	90.432
Moeda nacional	2.804.532	3.624.229	3.061.106	3.811.503
<b>Total</b>	<b>2.872.799</b>	<b>3.692.434</b>	<b>3.150.911</b>	<b>3.901.935</b>

O valor justo foi estimado com base nos fluxos de caixa projetados dos contratos originais de empréstimos, descontados a valor presente, utilizando-se as taxas futuras de moedas nas datas de vencimento dos empréstimos.

## (a) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Descrição	Saldo em 31/12/2023		Juros provisionados		Juros liquidados		Liquidação principal		Saldo em 31/12/2024	
	Saldo em 31/12/2023	Captações	provisionados	liquidados	provisionados	liquidados	principal	principal	Saldo em 31/12/2024	
Moeda estrangeira	89.805	56.557	18.402	(6.847)	(89.650)	-	(84.765)	89.805	68.267	
Moeda nacional	588.554	28.130	59.705	(58.363)	(375.074)	(408.081)	(375.074)	242.952	311.219	
<b>Total</b>	<b>678.359</b>	<b>84.687</b>	<b>78.107</b>	<b>(65.210)</b>	<b>(464.724)</b>	<b>(464.724)</b>	<b>(464.724)</b>	<b>311.219</b>	<b>311.219</b>	

  

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Juros provisionados		Juros liquidados		Liquidação principal		Saldo em 31/12/2023	
	Saldo em 31/12/2022	Captações	provisionados	liquidados	provisionados	liquidados	principal	principal	Saldo em 31/12/2023	
Moeda estrangeira	69.817	89.650	15.103	-	(84.765)	-	(84.765)	89.805	89.805	
Moeda nacional	807.440	348.727	104.412	(121.975)	(550.050)	(408.081)	(550.050)	588.554	588.554	
<b>Total</b>	<b>877.257</b>	<b>438.377</b>	<b>119.515</b>	<b>(121.975)</b>	<b>634.815</b>	<b>(408.081)</b>	<b>(634.815)</b>	<b>678.359</b>	<b>678.359</b>	

  

Descrição	Saldo em 31/12/2023		Juros provisionados		Juros liquidados		Liquidação principal		Saldo em 31/12/2024	
	Saldo em 31/12/2023	Captações	provisionados	liquidados	provisionados	liquidados	principal	principal	Saldo em 31/12/2024	
Moeda estrangeira	89.805	56.557	18.402	(6.847)	(89.650)	-	(84.765)	89.805	68.267	
Moeda nacional	578.506	65.140	59.705	(58.363)	(403.074)	(408.081)	(403.074)	241.914	241.914	
Depósitos interfinanceiros	2.482.600	363.751	306.750	-	(590.483)	-	(590.483)	2.562.618	2.562.618	
<b>Total</b>	<b>3.150.911</b>	<b>485.448</b>	<b>384.857</b>	<b>(65.210)</b>	<b>(1.083.207)</b>	<b>(1.083.207)</b>	<b>(1.083.207)</b>	<b>2.872.799</b>	<b>2.872.799</b>	

## (b) Debêntures

Em 21 de outubro de 2024, a Companhia fez sua primeira emissão de debêntures conversíveis em série única, sem garantia, da espécie subordinada, na quantidade de 100.000 (cem mil) debêntures, correspondente ao valor total de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) com vencimento em cinco anos. As debêntures são mandatoriamente conversíveis em ações, porém, devido à falta de fixação do valor da ação no momento da emissão, o montante foi contabilizado em sua totalidade como passivo financeiro. Até 31 de dezembro de 2024, o montante aportado em espécie totalizou R\$ 67.713, as debêntures são remuneradas pela taxa aplicável aos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, acrescida de 10% ao ano. Abaixo segue a movimentação das debêntures:

Descrição	Saldo em 31/12/2023		Juros provisionados		Saldo em 31/12/2024	
	Saldo em 31/12/2023	Captações	provisionados	provisionados	Saldo em 31/12/2024	
Debêntures conversíveis	-	64.315	-	3.398		

## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90


  
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## Cláusula 5.2.1 (Emissão 175)

(xxi) não manutenção do índice financeiro abaixo, apurado pela Emitente e validado pela Securitizadora, após o recebimento do "Relatório de Índice Financeiro", com base no balanço da Emitente que deverão ser revisados e auditados por uma das seguintes empresas de auditoria, registradas na CVM: (a) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Doutor Churci Zaidan, 1240 - 4º / 12º andar - Vila São Francisco, São Paulo - SP, CEP 04711-130, inscrita no CNPJ sob o nº 49.928.567/0001-11; (b) KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade limitada, com sede na Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo AO 801-Parte, Chácara Santo Antônio, São Paulo - SP, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29; (c) Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, CEP 04543-907, inscrita no CNPJ sob o nº 61.366.936/0001-25; ou (d) Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - 16º andar, partes 1 a 6 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.562.112/0001-20 ("Auditor Independente"), a ser verificado anualmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Índice Financeiro"):  $Divida Líquida / EBITDA \leq 3,0x$

## 1. Índice financeiro

## a) Dívida líquida financeira / EBITDA:

	Controladora		Controladora	
	dez/24	Target	dez/23	Target
Dívida Líquida (DL) (i)	63.261		400.036	
EBITDA (ii) de 12 meses findos em 31 de dezembro	68.121		375.926	
DL / EBITDA (índice)	0,9	<= 3,00	1,1	<= 3,00

Abaixo segue a reconciliação do EBITDA:

	Controladora	
	2024	2023
Resultado antes dos impostos – LAIR	(596.129)	(400.470)
Despesas financeiras, líquidas	(289.929)	(424.051)
Depreciação e amortização	374.321	346.202
EBITDA	68.121	369.783

## b. Margem EBITDA mínima de 0,50% (iv):

Receita operacional líquida	3.726.616
EBITDA	68.121
Margem EBITDA	1,83%

## c. Patrimônio líquido de no mínimo R\$ 700.000 mil:

Patrimônio líquido	1.111.222
--------------------	-----------

## d. Dívida líquida financeira &lt; R\$ 1.000.000 mil:

Dívida líquida financeira	63.261
---------------------------	--------

## 2. Notas explicativas

- Dívida Líquida (DL):** significa o resultado da Dívida Bruta (iii) menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários classificados no ativo circulante de acordo com princípios contábeis, regras e leis que são geralmente aceitos e regulam a contabilidade no Brasil ("GAAP Brasileiro").
- EBITDA:** significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emitente relativas ao período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores, o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização e do resultado financeiro.
- Dívida Bruta:** significa o somatório: (a) dos empréstimos e financiamentos contraídos junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo dívidas com instituições financeiras; (b) empréstimos e financiamentos contraídos na forma de emissão de títulos de dívida, debêntures ou instrumentos similares; (c) todo endividamento que seja garantido por um penhor, garantia fidejussória ou qualquer outro ônus sobre bens de sua propriedade, mesmo no caso em que não seja responsável pelo pagamento do referido endividamento; e (d) Passivo relacionado à cessão de direitos creditórios – FIDC líquido do ativo relacionado aos respectivos títulos objeto de cessão que não possuem direito de regresso.
- Margem EBITDA:** EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

## Covenants não financeiros

A Companhia possui contratos de financiamento que contêm cláusula restritiva (covenants) de natureza não financeira, conforme relacionado abaixo:

- Publicação das demonstrações financeiras: Estabelece que a Companhia deverá publicar suas demonstrações financeiras em até 90 dias da data do encerramento do exercício.
- Falência insolvência ou recuperação judicial: A decretação de falência, insolvência ou apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela emitente ou suas controladas.
- Inadimplemento: Quando a emitente não cumpre com qualquer obrigação pecuniária no prazo e forma devidos, não sanada dentro de dois dias úteis.
- Decisões condenatórias: Não cumprimento de qualquer decisão judicial ou arbitral imediatamente exequível contra a emitente em valor significativo.
- Invalidez Contratual: Quando o termo de emissão das notas ou qualquer documento da operação se torna inválido ou inexecutável por decisão judicial, administrativa ou sentença arbitral.
- Legislação trabalhista e socioambiental: Descumprimento de legislações trabalhistas ou socioambientais que causam um efeito adverso relevante.
- Transferência de obrigações: Cessão ou transferência de obrigações a terceiros sem autorização prévia, exceto se permitido em determinadas condições.

## Descumprimento de covenants não financeiros

A Companhia informa que não cumpriu o prazo contratualmente estabelecido para a publicação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme exigido em determinados contratos de financiamento. O referido descumprimento se refere a cláusulas contratuais (covenants) de natureza não financeira, que determinam a divulgação tempestiva das informações financeiras até 31 de março de 2025. O atraso ocorreu devido a:

- Atrasos no recebimento de respostas de circularização externa. Sendo este um procedimento importante e que dá um maior nível de conforto para os trabalhos de auditoria, a Companhia aguardou o recebimento de todas as respostas antes da emissão das demonstrações financeiras.
  - Conforme divulgado na Nota 1, a Companhia executou uma série de ações voltadas a transformação e crescimento do Grupo, estas ações geraram reflexos contábeis e financeiros e foram envolvidos diversos especialistas, internos e externos, de modo que as transações fossem executadas de maneira acurada, íntegra e dentro das normas aplicáveis. Como consequência houve um maior tempo para elaboração e conclusão das demonstrações financeiras. Como consequência do descumprimento e conforme previsto nos pronunciamentos contábeis aplicáveis (CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, item 72), os saldos dos financiamentos com vencimento superior a 12 meses foram reclassificados para o passivo circulante, uma vez que, na data de encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia ainda não havia obtido a anuência formal (waiver) por parte dos credores.
- A Companhia informa que o waiver se encontra em fase de elaboração, em tratativas com os respectivos credores, e a Administração mantém a expectativa de que sua formalização ocorrerá em curto prazo, sem impactos relevantes sobre a continuidade das operações ou sobre a liquidez da Companhia.

## 19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

O Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Depósitos judiciais</b>				
Tributários	8.053	119.995	9.287	59.554
Trabalhistas e cíveis	60.963	91.197	53.129	80.341
	69.016	211.192	62.416	139.895
Ativo não circulante (e)	69.016	-	62.416	-
Passivo não circulante	-	211.192	-	139.895
<b>Consolidado</b>				
<b>Depósitos judiciais</b>				
Tributários (a)	8.053	137.036	9.287	584.110
Trabalhistas e cíveis (b)	60.963	91.676	53.168	80.844
	69.016	228.712	62.455	664.954
Ativo não circulante	69.016	-	62.455	-
Passivo não circulante	-	228.712	-	664.954

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
No início do exercício	62.416	51.658	62.455	52.171
Adições de novos depósitos	3.434	7.791	3.434	7.317
Baixas por perda de causa	(823)	(581)	(862)	(581)
Atualização monetária	3.989	3.548	3.989	3.548
No fim do exercício	69.016	62.416	69.016	62.455

## Depósitos judiciais e cauções

Está sendo apresentado na rubrica Depósitos judiciais e cauções - consolidado, os valores relativos aos casos em que a Administração da Companhia é solicitada a efetuar depósitos em juízo para recorrer de sentenças em instâncias superiores. A Companhia apresenta no ativo não circulante os depósitos judiciais - efetuados para discussão cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 69.016 (2023 – R\$ 62.416) na Controladora, e de R\$ 69.016 (2023 – R\$ 62.455) no Consolidado.

A movimentação da provisão para contingências no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
No início do exercício	139.895	158.724	664.954	650.058
Adições de novas provisões (i)	121.950	38.736	123.782	71.468
Baixa por reversão de provisão (ii)	(51.710)	(47.297)	(51.733)	(73.982)
Baixa por pagamento	(7.628)	(16.609)	(516.974)	(19.494)
Atualização monetária	8.685	6.341	8.683	36.904
No fim do exercício	211.192	139.895	228.712	664.954

- A Companhia está atualmente envolvida em discussões judiciais relacionadas a processos tributários, e em 2024 ocorreram eventos que, com o apoio de seus assessores jurídicos, passaram a ser considerados de provável perda. Isso resultou na constituição de provisões em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. Diante da iminência de julgamento e das circunstâncias potencialmente desfavoráveis, a Companhia ajustou suas provisões adequadamente. Apesar desses desafios, a Companhia continua empenhada em buscar um resultado favorável através de sua assessoria jurídica.

- A redução está relacionada com o sucesso ou alteração no prognóstico de perda dos processos judiciais da Companhia. Em outubro de 2022, a Companhia enfrentou um julgamento desfavorável na esfera administrativa relacionado à ação anulatória referente ao IRPJ e à CSLL, na qual busca a anulação desses débitos. Inicialmente, a Administração cogitou aderir a um programa de parcelamento de débitos, Refis, e efetuar o pagamento, resultando na provisão de R\$ 38.065. Em 2024, o caso foi judicializado, abrangendo IRPJ, CSLL e IRRF. Os assessores jurídicos da Companhia mantiveram a classificação da ação como possível, com boas chances de êxito. A avaliação manifestada por seus assessores jurídicos e pela Administração quanto ao sucesso da ação, levou a Administração a desistir de participar do Refis e, como consequência, pela reversão da provisão.

## (a) Processos tributários

## PIS e COFINS

A Controlada PEFISA impetrou mandado de segurança questionando a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requerer, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração de seu direito de compensar os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições PIS/PASEP e COFINS nos termos da referida Lei. A Controlada PEFISA efetuou o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação ao valor previsto segundo a Lei nº 9.718/98. Em 27 de agosto de 2024, o montante destacado como provisão para riscos fiscais em 2023 no valor de R\$ 509.346 foi revertido em virtude de transação individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, a PEFISA buscou a regularização da situação fiscal com um plano de amortização do total dos débitos contando também com a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa pertencentes à Controladora, conforme Nota 12b (i).

## (b) Processos trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em outras discussões judiciais e administrativas, trabalhistas e cíveis, para as quais foram consignadas provisões quando julgado que a perda é provável pela Administração, com o suporte dos seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2024, o montante provisionado correspondia a R\$ 60.963 (2023 – R\$ 53.168).

## (c) Outras provisões

A Companhia compõe o polo passivo em uma disputa judicial com duração de mais de 50 anos que envolve o espólio de um antigo sócio. A sentença de perda do valor provisionado acima já é provável. A Administração da Companhia e seus advogados, visando obter sua melhor estimativa quanto às perdas futuras, contratou perito especializado e independente que estimou o valor do risco, quando do início da discussão judicial, em R\$ 16.549. Em 31 de dezembro de 2024, o valor atualizado corresponde a R\$ 28.603 (2023 – R\$ 26.614) que considera as decisões favoráveis à Companhia ao longo do exercício de 2024.

## (d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas fiscal envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, no montante de R\$ 561.286 (2023 – R\$ 570.285), com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição abaixo por esfera e descrição das principais ações:

	2024	2023
	Tributários	505.489
Trabalhistas	33.876	41.003
Cível	21.921	14.108
	561.286	570.285

## Auto de infração de ICMS

A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, referente a créditos de ICMS e obrigações acessórias relacionadas à importação de mercadorias, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 389.856 (2023 – R\$ 376.249). Presentemente, as matérias consignadas no auto infracional, estão sendo discutidas na esfera administrativa, não havendo discussão judicial a este tempo.

## 20. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Repasse na intermediação de produtos financeiros e serviços (i)	4.603	3.402	46.922	53.348
Aluguéis a pagar (ii)	3.347	4.678	3.391	4.678
Receita diferida (iii)	78.004	88.576	78.004	88.576
Outros (valores individuais inferiores a R\$ 3 milhões)	30.846	23.737	112.252	92.936
	116.800	120.393	240.569	239.538
Passivo circulante	37.818	26.137	161.210	144.859
Passivo não circulante	78.982	94.256	79.359	94.679

- A Companhia intermedia em suas lojas a venda de produtos financeiros e serviços, tais como venda de seguros, garantias e serviços de telecomunicações, o qual é repassado o valor da venda para os parceiros comerciais, em contrapartida a Companhia recebe uma comissão pela intermediação dos serviços.

- Refere-se ao valor dos contratos de arrendamento, cuja contraprestação é variável e, portanto, não estão no escopo do CPC 06 (R3), cuja despesa foi reconhecida de acordo com a sua competência, mas o valor será efetivamente pago no início do mês subsequente.

- Refere-se aos contratos de dez anos firmados com determinadas instituições financeiras, com exclusividade para a venda de serviços financeiros, garantias, e seguros a clientes da Companhia. O valor de R\$ 78.004 (2023 – R\$ 88.576) na Controladora e Consolidado, estão segregados entre outras contas a pagar no passivo circulante, no valor de R\$ 10.904 (2023 – R\$ 10.813) na Controladora e Consolidado e no passivo não circulante no valor de R\$ 67.100 (2023 – R\$ 77.736) na Controladora e Consolidado.

## 21. Patrimônio líquido

## (a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é representado por 150.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

## (b) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.

## (c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo líquido no valor de R\$ 386.297 (2023 – R\$ 274.524), o qual foi absorvido por reserva de lucros retidos. Não houve dividendos consignados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

## (d) Retenção de lucros

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros (excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar) não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

## 22. Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Administração do Grupo que destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos operacionais, com o objetivo de auxiliar nas tomadas de decisões estratégicas do Grupo. A Pernambuco é uma empresa brasileira, dedicada à venda de mercadorias do setor varejista exclusivamente no mercado interno, tendo também se estruturado para atender à necessidade financeira de seus clientes por meio de sua Financeira PEFISA. A Companhia construiu um modelo de negócio integrado e geograficamente estruturado no território brasileiro, atendendo atualmente a todas as regiões do país. Seus principais segmentos de negócio podem ser entendidos por:

- Varejo:** comércio de artigos de moda, lar e eletroeletrônicos, com foco em consumidores das classes C e D, por meio de lojas físicas e e-commerce.
- Produtos e serviços financeiros:** Concessão de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros, emissão e administração de cartões de crédito e contas de pagamento, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas para as sociedades de crédito.
- Outros:** Outras atividades no ramo de incorporação imobiliária que não atingem parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos para apresentação em separado. Durante o exercício de 2023, o segmento hoteleiro representado pelo Hotel Jatiúca foi reclassificado para ativo não circulante mantido para a venda e por isso está sendo apresentado de forma segregada.

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Comitê Executivo ("COMEX"), formado pela Diretoria executiva da Companhia, e conta com o apoio das treze gerências regionais e comitês internos de Gestão de Riscos e de Finanças, responsável pelo mecanismo e controles relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio. O COMEX é responsável pelo direcionamento e estratégias corporativas e de Governança da Companhia. Conta também com o apoio da área de Sustentabilidade, que tem um envolvimento ativo em iniciativas que demonstram o nosso compromisso com valores essenciais.

## (a) Resultados

	2024			2023		
	Varejo (*)	Produtos financeiros (*)	Outros (**)	Total	Eliminações (10.503)	Consolidado
Receita operacional líquida	3.726.616	1.488.418	30.448	5.245.482	(10.503)	5.234.979
Custos das vendas dos produtos e dos serviços	(2.160.730)	(309.730)	(18.363)	(2.488.823)	-	(2.488.823)
<b>Lucro bruto</b>	1.565.886	1.178.688	12.085	2.756.659	(10.503)	2.746.156
Vendas	(1.017.761)	(15.182)	(6.054)	(1.038.997)	10.813	(1.028.184)
Gerais e administrativas	(475.886)	(375.196)	(13.603)	(864.685)	(3.430)	(868.115)
Incobráveis baixados	-	(998.378)	214	(998.164)	-	(998.164)
Depreciação e amortização	(374.321)	(16.937)	3	(391.255)	3.125	(388.130)
Participação nos lucros de controladas	(88.303)	-	-	(88.303)	91.520	3.217
Outros resultados operacionais	84.185	9.993	194.388	288.566	(173.549)	115.017
<b>Resultado gerado pelos segmentos</b>	(306.200)	(217.012)	187.033	(336.179)	(82.024)	(418.203)
Receitas financeiras	192.245	-	4.410	196.655	(4.847)	191.808
Despesas financeiras	(482.174)	(974)	(8.775)	(491.923)	46.663	(445.260)
Imposto de renda e contribuição social	209.832	92.134	(16.608)	285.358	-	285.358
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(386.297)	(125.852)	166.060	(346.089)	(40.208)	(386.297)

(\*) O total da receita da Companhia é originada basicamente pela sua carteira de clientes pessoa física, e não há nenhum cliente responsável por 10% ou mais do faturamento anual.

(\*\*) A Companhia opera também no ramo de incorporação e construção de imóveis através da Alinc.



## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2023						
	Varejo (*)	Produtos financeiros (*)		Outros (**)	Total	Eliminações (14.596)	Conso-lidado 5.127.708
		1.371.695	34.343				
Receita operacional líquida	3.736.266						
Custos das vendas dos produtos e dos serviços	(2.187.883)	(333.361)	(17.028)	(2.538.272)	-	(2.538.272)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.548.383</b>	<b>1.038.334</b>	<b>17.315</b>	<b>2.604.032</b>	<b>(14.596)</b>	<b>2.589.436</b>	
Vendas	(1.059.374)	(13.133)	(4.528)	(1.077.035)	17.899	(1.059.146)	
Gerais e administrativas	(347.150)	(302.829)	(14.401)	(664.380)	1.044	(663.336)	
Incobráveis baixados	-	(890.421)	175	(890.246)	-	(890.246)	
Depreciação e amortização	(346.202)	(17.062)	(1)	(363.265)	(1.313)	(364.578)	
Participação nos lucros de controladas	(69.089)	5.715	(12)	(63.386)	66.503	3.117	
Outros resultados operacionais	300.130	89.001	(58.788)	330.343	(48.804)	281.539	
<b>Resultado gerado pelos segmentos</b>	<b>26.698</b>	<b>(90.395)</b>	<b>(60.240)</b>	<b>(123.937)</b>	<b>20.723</b>	<b>(103.214)</b>	
Receitas financeiras	113.657	-	21.794	135.451	(20.746)	114.705	
Despesas financeiras	(537.708)	(285)	(9.582)	(547.575)	69.838	(477.737)	
Imposto de renda e contribuição social	122.829	53.724	15.169	191.722	-	191.722	
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(274.524)</b>	<b>(36.956)</b>	<b>(32.859)</b>	<b>(344.339)</b>	<b>69.815</b>	<b>(274.524)</b>	

(\*) O total da receita da Companhia é originada basicamente pela sua carteira de clientes pessoa física, e não há nenhum cliente responsável por 10% ou mais do faturamento anual.

(\*\*) A Companhia opera também no ramo de incorporação e construção de imóveis através da Alinc.

## (b) Ativos, passivos e patrimônio líquido

	2024						
	Varejo	Produtos financeiros		Outros (*)	Total	Eliminações	Conso-lidado
		4.460.125	68.621				
<b>Ativo</b>	<b>1.545.022</b>	<b>4.460.125</b>	<b>68.621</b>	<b>6.073.768</b>	<b>(355.133)</b>	<b>5.718.635</b>	
Ativo circulante	3.799.307	1.150.326	45.048	4.994.681	(1.292.977)	3.701.704	
Ativo não circulante	5.344.329	5.610.451	113.669	11.068.449	(1.648.110)	9.420.339	
<b>Passivo</b>	<b>2.290.843</b>	<b>3.128.013</b>	<b>55.359</b>	<b>5.474.215</b>	<b>(385.154)</b>	<b>5.089.061</b>	
Passivo circulante	1.942.264	1.496.079	20.917	3.459.260	(239.207)	3.220.053	
Passivo não circulante	4.233.107	4.624.092	76.276	8.933.475	(624.361)	8.309.114	
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.111.222</b>	<b>986.359</b>	<b>37.393</b>	<b>2.134.974</b>	<b>(1.023.749)</b>	<b>1.111.225</b>	
Total do passivo e patrimônio líquido	5.344.329	5.610.451	113.669	11.068.449	(1.648.110)	9.420.339	

(\*\*) A Companhia opera também no ramo de incorporação e construção de imóveis através da Alinc.

	2023						
	Varejo	Produtos financeiros		Outros (*)	Total	Eliminações	Conso-lidado
		4.744.255	221.342				
<b>Ativo</b>	<b>1.654.781</b>	<b>4.744.255</b>	<b>221.342</b>	<b>6.626.462</b>	<b>(271.477)</b>	<b>6.354.985</b>	
Ativo circulante	4.369.471	1.129.337	228.321	5.727.129	(1.576.799)	4.150.330	
Ativo não circulante	6.024.252	5.873.592	449.663	12.353.591	(1.848.276)	10.505.315	
<b>Passivo</b>	<b>2.572.008</b>	<b>2.583.147</b>	<b>37.385</b>	<b>4.952.982</b>	<b>(436.040)</b>	<b>4.516.942</b>	
Passivo circulante	1.949.915	2.541.235	4.262	4.741.055	(254.635)	4.486.420	
Passivo não circulante	4.521.923	5.124.382	41.647	9.694.037	(690.675)	9.003.362	
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.502.328</b>	<b>749.210</b>	<b>408.016</b>	<b>2.659.554</b>	<b>(1.157.601)</b>	<b>1.501.953</b>	
Total do passivo e patrimônio líquido	6.024.251	5.873.592	449.663	12.353.591	(1.848.276)	10.505.315	

(\*) A Companhia opera também no ramo hoteleiro através da Controlada Hotel Jatiúca e no ramo de incorporação e construção de imóveis através da Alinc.

## 23. Receita líquida de vendas de produtos e serviços

A composição das principais receitas da Companhia assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mercadorias	5.181.924	5.150.918	5.201.065	5.168.142
Ajuste a valor presente das vendas	(32.948)	(27.204)	(32.948)	(27.204)
Serviços financeiros	-	-	1.757.502	1.632.889
Serviços prestados	37.033	55.818	41.085	62.482
Receita bruta de vendas e dos serviços	5.186.009	5.179.532	6.966.704	6.836.309
Descontos concedidos	(176.312)	(121.881)	(749.079)	(270.562)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(1.283.081)	(1.321.385)	(1.387.574)	(1.438.039)
<b>Receita líquida de vendas e dos serviços</b>	<b>3.726.616</b>	<b>3.736.266</b>	<b>4.830.051</b>	<b>5.127.708</b>

## 24. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo das mercadorias vendidas	(2.160.730)	(2.187.883)	(1.777.145)	(2.207.617)
Custo dos serviços financeiros	-	-	(306.750)	(330.655)
Despesa com pessoal	(798.606)	(821.786)	(847.863)	(867.656)
Depreciação e amortização	(166.859)	(143.634)	(180.359)	(158.682)
Amortização (arrendamento)	(207.462)	(205.594)	(207.771)	(205.888)
Despesas de transporte	(26.778)	(18.881)	(35.343)	(27.906)
Despesas com publicidade e comunicação	(25.077)	(39.614)	(33.135)	(46.715)
Despesa de ocupação, uso e manutenção	(367.645)	(356.261)	(435.431)	(391.544)
Impostos e taxas	(4.475)	(4.711)	(5.519)	(4.887)
Incobráveis baixados (líquido das recuperações)	-	-	(998.164)	(890.246)
Despesas com demandas judiciais	(66.321)	(7.837)	(67.629)	(9.370)
Despesa com manutenção e serviço de processamento de dados (i)	(134.443)	(74.740)	(198.831)	(133.878)
Despesa com cadastro, cobrança e atendimento ao cliente	-	-	(72.355)	(71.405)
Outras despesas (inferiores a R\$ 3.000 por rubrica)	(70.301)	(79.668)	(200.193)	(169.129)
<b>Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas</b>	<b>(4.028.697)</b>	<b>(3.940.609)</b>	<b>(5.366.488)</b>	<b>(5.515.578)</b>

(i) Esse aumento ocorreu em virtude das manutenções e serviços de processamento de dados anteriormente serem efetuadas por funcionários CLTs, a partir de 2024 houve a troca para empresas terceirizadas fazerem a manutenção e dar o suporte necessário para continuidade das operações.

## Classificados por função como:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo das mercadorias vendidas	(2.160.730)	(2.187.883)	(1.777.145)	(2.207.617)
Custo dos serviços financeiros	-	-	(306.750)	(330.655)
Despesa com vendas	(1.308.686)	(1.350.838)	(1.319.418)	(1.353.904)
Despesas gerais e administrativas	(559.281)	(401.888)	(965.011)	(733.156)
Incobráveis baixados – líquido das recuperações	-	-	(998.164)	(890.246)
<b>Total</b>	<b>(4.028.697)</b>	<b>(3.940.609)</b>	<b>(5.366.488)</b>	<b>(5.515.578)</b>

## 25. Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aluguéis recebidos	4.168	5.701	4.168	5.701
Ganho na alienação de bens – apropriação imobiliária (i)	131.621	13.645	170.785	13.645
Ganho (perda) na alienação de bens (ii)	(52.437)	11.563	(52.437)	14.742
Bonificação por expansão de lojas	10.572	70.071	10.572	70.071
Venda de energia elétrica	68	279	68	279
Participação de resultados – Profit sharing (iii)	(19.895)	(74.457)	-	-
Resultado na venda de participação societária	(2.660)	-	(2.660)	-
Ajuste a valor justo (AVJ) Imóveis	-	-	10.989	(861)
Impairment de ativos mantidos para venda (iv)	-	-	-	(62.235)
Impairment de ativos operacionais (v)	(50.644)	-	(50.644)	-
Impairment de crédito tributário destinado à venda (vi)	(36.372)	-	(36.372)	-

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Recuperação de créditos fiscais (vii)	63.144	181.448	63.144	181.448
Recuperação ação judicial cível (viii)	-	50.665	-	50.665
Resíduos de vale-presente e vale-troca	956	(46)	956	(46)
Apropriação receita diferida – intercompany	32.282	39.517	-	-
Outras receitas (despesas) (valores individuais inferiores a R\$ 2.000)	3.382	2.944	(3.552)	9.330
<b>Total resultados operacionais, líquidas</b>	<b>84.185</b>	<b>301.330</b>	<b>115.017</b>	<b>282.739</b>
Patrocínio cultural (incentivo fiscal)	-	(1.200)	-	(1.200)
<b>Total de outras despesas</b>	<b>-</b>	<b>(1.200)</b>	<b>115.017</b>	<b>(1.200)</b>
	<b>84.185</b>	<b>300.130</b>	<b>115.017</b>	<b>281.539</b>

(i) Em exercícios anteriores, a Companhia realizou transferências de imóveis para controladas via aporte de capital, esses imóveis foram transferidos a preço de custo, ficando o ganho de capital na Controladora para ser realizado pela ocasião da venda desses imóveis para terceiros. Em 2024, houve a venda dos imóveis e o reconhecimento do ganho no resultado da Controladora.

(ii) Refere-se ao valor residual de ativos não removíveis baixados correspondentes ao fechamento de 24 lojas, durante o exercício de 2024.

(iii) Refere-se à parceria com a Controlada PEFISA, onde são oferecidos aos seus clientes operações de crédito e produtos financeiros, permitidos pela regulamentação do BACEN. Todas as receitas e despesas são divididas entre as empresas, no modelo de profit sharing, 50% para cada uma.

(iv) Refere-se à provisão constituída para os ativos não circulantes mantidos para venda. Em 2024, não houve movimentação relacionada a este tema.

(v) Refere-se ao impairment de ativos conforme demonstrado nas Notas 14 e 15.

(vi) A Companhia é titular da totalidade de determinados direitos creditórios devidos pela União Federal, os quais são objeto de ação judicial movida pela Companhia em face da União Federal, esses direitos creditórios em 31 de dezembro de 2024 estavam disponíveis para venda. Foi realizado laudo por profissional independente, o qual resultou em um impairment no montante de R\$ 36.372, conforme Nota 9 (i).

(vii) Este valor é originado em ganho de ação que visa excluir o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS.

(viii) Refere-se a ganho parcial de ação envolvendo disputa judicial com duração de mais de 50 anos que envolve o espólio de um antigo sócio da Companhia. Em 2024, não houve movimentação relacionada a este tema.

## 26. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	11.573	14.914	11.827	16.386
Descontos obtidos	4.144	9.225	4.156	9.225
Ajuste a valor presente – contas a receber	35.371	30.089	35.371	30.089
Atualização monetária depósitos judiciais	1.473	1.111	1.473	1.111
Atualização monetária do PIS / COFINS a compensar sobre redução da base do ICMS (i)	129.746	50.240	129.746	50.240
Atualização monetária INSS a restituir	4.032	5.404	4.032	5.404
Outras receitas financeiras	5.906	2.674	5.203	2.250
<b>Total</b>	<b>192.245</b>	<b>113.657</b>	<b>191.808</b>	<b>114.705</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros com empréstimos bancários	(78.107)	(119.515)	(82.598)	(125.707)
PIS / COFINS sobre receita financeira	(16.738)	(17.804)	(16.743)	(18.619)
Ajuste a valor presente – fornecedores	(112.667)	(114.022)	(112.667)	(114.022)
Juros arrendamento (Nota 15)	(174.429)	(187.733)	(174.416)	(187.977)
Despesas bancárias	(10.735)	(12.325)	(11.321)	(12.949)
Varição monetária passiva com partes relacionadas (Nota 8)	(4.847)	(20.746)	-	-
Juros com antecipação de recebíveis	(78.008)	(49.092)	(36.193)	-
Outras despesas financeiras	(6.643)	(16.471)	(11.322)	(18.463)
<b>Total</b>	<b>(482.174)</b>	<b>(537.708)</b>	<b>(445.260)</b>	<b>(477.737)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(289.929)</b>	<b>(424.051)</b>	<b>(253.452)</b>	<b>(363.032)</b>

Refere-se à atualização monetária sobre ganho de ações judiciais, sendo as principais: complemento da ação judicial transitada em julgado em 08/11/2018 que objetivou afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e da COFINS; afastar o PIS e a COFINS sobre a receita de venda dos produtos eletrônicos previstos no artigo 28 da Lei nº 11.196/2005 transitada em julgado em 03/08/2022, e também ação referente ao recálculo do PIS e COFINS, objetivando incluir o ICMS-ST também na exclusão da base do PIS e COFINS, conforme já pacificado pelo STJ.

## 27. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados aos instrumentos financeiros, e não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

## Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo. A premissa utilizada pela Companhia para registro de seus ativos e passivos financeiros é o valor presente dos fluxos de caixa estimados, e os saldos contábeis são razoavelmente próximos do valor justo, não são apurados valores justos, como previsto no CPC 40 / IFRS 7.

	Controladora			Consolidado				
	2024			2024				
	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>								
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 2	-	304.227	304.227	-	926.372	926.372	
Aplicações financeiras	Nível 2	-	40.					

## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90


  
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(...continuação)

Passivos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		Total	Custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		Total
		Resultado	Custo amortizado			Resultado	Custo amortizado	
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	Nível 2	-	1.115.520	1.115.520	-	3.004.967	3.004.967	
Fornecedores – risco sacado	Nível 2	-	6.028	6.028	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	678.359	678.359	-	3.150.911	3.150.911	
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	1.601.227	1.601.227	-	1.603.368	1.603.368	
Saldo com partes relacionadas (Nota 8)	Nível 2	-	295.189	295.189	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	5.670	-	5.670	5.670	-	5.670	
Demais contas a pagar	Nível 2	-	42.814	42.814	-	152.344	152.344	
		5.670	3.739.137	3.744.807	5.670	7.911.590	7.917.260	

**Mensurações de valor justo**

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

**Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis**

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

**Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

**Categoria dos instrumentos financeiros**

Categoria de instrumentos financeiros	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	304.227	304.227	267.331	267.331	926.372	926.372	877.854	877.854
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	3.395.089	3.395.089	3.567.490	3.567.490
Contas a receber – Cartão de crédito e débito	267.867	267.867	218.882	218.882	310.176	310.176	225.198	225.198
Contas a receber de partes relacionadas	80.133	80.133	66.633	66.633	33.891	33.891	-	-
Instrumento financeiro derivativo	11.166	11.166	-	-	11.166	11.166	-	-
Aplicações financeiras	40.364	40.364	54.677	54.677	514.338	514.338	387.271	387.271
Outros créditos	24.309	24.309	42.814	42.814	142.094	142.094	152.344	152.344
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>728.066</b>	<b>728.066</b>	<b>650.337</b>	<b>650.337</b>	<b>5.333.126</b>	<b>5.333.126</b>	<b>5.210.157</b>	<b>5.210.157</b>

Categoria de instrumentos financeiros	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo						
Fornecedores	841.941	841.941	1.115.520	1.115.520	2.663.727	2.663.727	3.004.967	3.004.967
Fornecedores – risco sacado	46.674	46.674	6.028	6.028	46.674	46.674	-	-
Empréstimo e financiamentos	311.218	353.693	678.359	834.279	2.872.799	3.270.536	3.150.911	3.901.935
Cessão de direitos creditórios – FIDC	203.126	203.126	-	-	203.126	203.126	-	-
Instrumento financeiro derivativo	-	-	5.670	5.670	-	-	5.670	5.670
Demais contas a pagar	24.309	24.309	42.814	42.814	142.094	142.094	152.344	152.344
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>1.427.268</b>	<b>1.469.743</b>	<b>1.848.391</b>	<b>2.004.311</b>	<b>5.928.420</b>	<b>6.326.157</b>	<b>6.313.892</b>	<b>7.064.916</b>

**Política de gestão de riscos**

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial.

**(a) Risco de mercado****(i) Exposição a riscos cambiais**

O risco cambial da Companhia está relacionado a: (i) empréstimos em moeda estrangeira; e (ii) na importação de produtos para revenda. Para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados *hedge* e para as operações comerciais de importação também temos a política de contratar *hedge* para o volume das importações previstas para o ano, não havendo outras operações que a Companhia fique exposta ao risco de variação cambial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, existia o risco da variação cambial mais taxa de juros de 6,70% a.a. (2023 – 4,52%).

Passivos	Fator de risco	2024	2024
		R\$	R\$
Empréstimos em moeda estrangeira	USD	68.267	89.805
Fornecedores e outras contas a pagar	USD	2.696	29.774
		70.963	119.579

**Análise de sensibilidade**

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos e em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos pela Administração com base em impactos adversos de 15% e de 25% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano e do CDI – Cetip.

A análise de sensibilidade aqui apresentada foi determinada pela Administração com base no cenário provável considerando as projeções da Companhia para as taxas de câmbio e do CDI nas Datas-base para as operações com moeda funcional real (antes dos impostos), como segue:

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		2024		
		Cenário ano	15%	25%
Fornecedores estrangeiros (Nota 18)	Alta do USD	6.1917	7.1205	7.7396
Empréstimos em moeda estrangeira – 4131	Alta do USD	2.696	404	674
Derivativos	Alta do USD	68.267	10.240	17.067
		11.166	1.675	2.792
		82.129	12.319	20.532

  

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		2023		
		Cenário ano	15%	25%
Fornecedores estrangeiros (Nota 18)	Alta do USD	4.8413	5.5675	6.0516
Empréstimos em moeda estrangeira – 4131	Alta do USD	29.774	4.466	7.444
Derivativos	Alta do USD	89.805	13.471	22.451
		5.670	851	1.418
		125.249	18.788	31.313

**(ii) Riscos de flutuação nas taxas de juros**

Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

**Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade que trata do risco de taxa de juros considera a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras.

O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		2024		
		Cenário ano	15%	25%
Aplicação financeira (Nota 4)	Taxa CDI	13,15%	15,12%	16,44%
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		279.512	36.756	42.269
		(40.925)	(47.064)	(51.157)
<b>Impacto no resultado líquido de IR / CS</b>		(4.169)	(4.795)	(5.212)
		(2.752)	(3.165)	(3.440)

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		Cenário ano	15%	25%
Aplicação financeira (Nota 4)	Taxa CDI	11,75%	13,51%	14,69%
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		190.739	22.412	27.774
		(678.359)	(79.707)	(91.663)
<b>Impacto no resultado líquido de IR / CS</b>		(57.295)	(65.889)	(71.619)
		(37.815)	(43.487)	(47.269)

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		Cenário ano	15%	25%
Aplicação financeira (Nota 4)	Taxa CDI	13,15%	15,12%	16,44%
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		596.982	78.503	90.279
		(2.872.799)	(377.773)	(434.439)
<b>Impacto no resultado líquido de IR / CS</b>		(299.270)	(344.160)	(374.087)
		(197.518)	(227.146)	(246.898)

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		Cenário ano	15%	25%
Aplicação financeira (Notas 4)	Taxa CDI	11,75%	13,51%	14,69%
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		1.113.113	130.791	150.409
		(3.150.911)	(370.232)	(425.767)
<b>Impacto no resultado líquido de IR / CS</b>		(239.441)	(275.358)	(299.302)
		(158.031)	(181.736)	(197.539)

**(b) Risco de crédito**

As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado, por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco), veja análise da provisão para perda esperada na Nota 6.

A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a crediário próprio, administradoras de cartões de crédito, bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha. Desta forma, a qualidade do crédito dos ativos financeiros e passivos financeiros podem ser avaliados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes	-	-	2.147.116	1.594.088
Tipo 1 (1)	-	-	880.442	1.231.996
Tipo 2 (2)	-	-	249.182	441.576
Tipo 3 (3)	-	-	876.289	1.148.096
Tipo 4 (4)	-	-	4.153.029	4.415.756
Total	-	-	-	-

Os tipos de clientes das contas a receber acima podem ser assim classificados:

- (1) **Tipo 1** - grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 60 dias (baixíssimo risco).
- (2) **Tipo 2** - grupo de clientes com probabilidade de 5% a 34% de atrasar mais que 60 dias (baixo risco).
- (3) **Tipo 3** - grupo de clientes com probabilidade de 35% a 69% de atrasar mais que 60 dias (médio risco).
- (4) **Tipo 4** - grupo de clientes com probabilidade maior que 70% de atrasar mais que 60 dias (altíssimo risco).

As disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras com os seguintes ratings:

Disponibilidades e aplicações financeiras	Consolidado	
	2024	2023
S: A	31.265	-
S: BB+	-	1.087
S: A+	-	113.317
S: BB	35	40.254
S: Ba2	21.717	8.366
S: AAA	32.732	-
S: AA	81	164
S: BB-	12.359	136
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	998.035	1.009.663
Em caixa nos estabelecimentos comerciais	8.435	37.461
	1.104.660	1.210.448

**Arrendamento, empréstimos e financiamentos**

	Consolidado	
	2024	2023
S: BB-	63.664	-
S: BB	-	199.533
BBB-	-	10.150
S: BB+	-	17.427
S: A+	-	20.024
S: Ba2	77.274	89.805
S: AA	63.758	91.836
S: AAA	48.848	-
S: A	86.610	-
brAAA	1.577.107	-
Letras de Câmbio	205.920	2.472.553
BTG Pactual	749.619	-
Rb Capital Companhia de Securitização	-	249.583
Arrendamentos	1.546.267	1.603.368
	4.419.066	4.754.279

As iniciais acima descritas referem-se às agências de risco: M:Moody's; F:Fitch e S:Standard & Poor's.

**(c) Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Entende-se por riscos de liquidez, a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Grupo, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, são mantidos relatórios de Gerenciamento dos Riscos de descasamentos por indexador e data, possibilitando a análise dos riscos de cada entidade do Grupo individualmente e dos riscos da Companhia em termos consolidados. Especificamente quanto à preservação da liquidez financeira, é mantida uma relação mínima de 1,0 (uma) vez o somatório das necessidades de caixa nos próximos 60 - 90 dias em recursos livres (de liquidez imediata).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Instrumento	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Impacto – Cenários			
			Até 1 ano	2 - 3 anos	4 - 5 anos	Mais 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>						
Fornecedores	888.615	888.615	888.615	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	311.219	353.693	193.460	112.893	47.341	-
Arrendamentos a pagar	1.545.454	1.545.454	243.606	405.790	367.127	528.931
Demais contas a pagar (*)	38.795	38.795	38.795	-	-	-
	2.784.083	2.826.557	1.364.476	518.683	414.467	528.931
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>						
Fornecedores	1.092.409	1.092.409	1.092.409	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	678.653	834.279	413.587	317.994	69.117	33.581
Arrendamentos a pagar	1.601.227	1.601.227	454.126	376.627	412.513	357.961
Demais contas a pagar (*)	138.235	138.235	138.235	-	-	-
	3.510.524	3.666.150	2.098.357	694.621	481.630	391.542



## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	2 - 3 anos	4 - 5 anos	Mais 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>						
Fornecedores	3.004.967	3.004.967	3.004.578	389	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.150.911	3.901.935	880.895	2.598.571	388.888	33.581
Arrendamentos a pagar	1.603.368	1.603.368	454.791	377.520	412.816	358.241
Outros passivos (*)	257.381	257.381	257.381	-	-	-
	<u>8.016.627</u>	<u>8.767.651</u>	<u>4.597.645</u>	<u>2.976.480</u>	<u>451.704</u>	<u>391.822</u>

(\*) Não inclui receita diferida relativa a acordos comerciais com terceiros no valor total de R\$ 78.004 (2023 – R\$ 88.576) na Controladora e no Consolidado.

**(d) Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ele associada.

A Companhia tem utilizado capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total dos empréstimos (Nota 18 e 10)	367.766	678.359	2.929.346	3.150.911
Passivo arrendamento	1.545.454	1.601.227	1.545.454	1.601.227
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	304.227	267.331	630.686	877.854
Dívida líquida	1.608.993	2.012.255	3.844.114	3.874.284
Total do patrimônio líquido	1.086.099	1.502.328	1.086.099	1.502.328
Índice de alavancagem financeira	1,48	1,34	3,54	2,58

**28. Resultado por ação**

O resultado básico por ação foi calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme Estatuto Social. O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pela quantidade de ações sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as ações da Companhia não possuíam qualquer efeito dedutivo, e encontram-se divulgadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
<b>Numerador básico / diluído</b>		
(Prejuízo) líquido do exercício	(386.297)	(274.524)
Quantidade de ações – mil	150.000	150.000
<b>(Prejuízo) líquido básico e diluído por ação – R\$</b>	<u>(2,58)</u>	<u>(1,83)</u>

**29. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa**

A tabela a seguir apresenta as transações de investimento e financiamento as quais não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa e, desta forma, são apresentados separadamente como informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<i>Hedge accounting</i> – líquido dos efeitos tributários	(183)	(997)	(183)	(997)

**30. Limites operacionais (acordo da Basileia)**

A Controlada PEFISA está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

**31. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Existe uma política de contratação de cobertura de seguros para estoques, bens do imobilizado e propriedades para investimento sujeito a riscos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura			
		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Patrimônio e estoques	Incêndio / raio / explosão / danos elétricos / vendaval a fumaça / lucros cessantes	388.478	411.665	401.278	424.465
	Bens e mercadorias	10.000	10.000	10.000	10.000

**32. Eventos subsequentes**

Em 7 de fevereiro de 2025, a Controlada PEFISA sofreu um ataque cibernético em sua conta corporativa PJ com impacto financeiro de R\$ 21.732. A PEFISA contratou empresas especializadas em cibersegurança com fins de promover perícia forense e especialistas jurídicos para tomada das medidas necessárias. O Banco Central do Brasil foi notificado sobre o evento. O time de Tecnologia da Informação da PEFISA contou com a avaliação do ambiente de negócios para reformulação de algumas das suas práticas (tecnologia e processos) de segurança da informação com objetivo de deixar o ambiente ainda mais seguro.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## DIRETORIA EXECUTIVA

Martin Mitteldorf – <b>Presidente</b>	Alberto Lundgren Altenburg
Evaldo Fontes Júnior – <b>Vice-Presidente</b>	Evandro Luis Rezera
	Annibal Ribeiro Lima Neto
	Ralf Lundgren

Ricardo Doebeli – <b>Diretor-Superintendente</b>
Maurício Leonardo Hasson – <b>Diretor Executivo Financeiro e de Relação com Investidores</b>
Marcos Antonio de Mello – <b>Controller</b>
James Nunes de Sousa – <b>Contador CRC 1SP194966/O-9</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações de 2024, no montante de R\$ 386.297 mil, apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes da controladora no encerramento do exercício em 2024, no montante de R\$ 809.839 mil (consolidado, capital circulante líquido positivo de R\$ 561.251 mil). Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os Principais Assuntos de Auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**Porque é um PAA**

**Realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos da Companhia e de suas controladas (Notas explicativas 2.3.5 e 12(b))**

A Companhia apresenta registrado saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquido, proveniente de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no valor de R\$ 415.116 mil (consolidado – R\$ 843.417 mil). Um ativo fiscal diferido é reconhecido na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis. As projeções de lucros tributáveis futuros são elaboradas pela administração da Companhia e incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos.

A realização do ativo pode ocorrer em bases diferentes das atualmente estimadas como provável pela administração da Companhia, motivo pelo qual consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

**Porque é um PAA**

**Perda por redução ao valor recuperável do saldo do contas a receber de clientes da controlada indireta PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA") (Notas explicativas 2.3.14 e 6)**

A Companhia realiza vendas aos consumidores, e oferece serviços financeiros a estes consumidores, mediante concessões de crédito por meio da controlada indireta PEFISA ("Controlada"). Estes créditos estão sujeitos às análises de perdas esperadas conforme definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, sendo passíveis de redução mediante reconhecimento de provisão para as perdas estimadas em crédito. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, correspondia a R\$ 793.981 mil, no consolidado. Consideramos este assunto como um principal assunto de auditoria, por se tratar de uma estimativa que requer julgamento significativo da administração da Companhia e por envolver um conjunto de fatores a serem considerados na determinação do seu valor, tais como: deterioração do risco de crédito, classificação dos créditos em estágios, qualidade do crédito, concentração e fatores econômicos.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas para avaliação dos dados e das premissas utilizadas pela administração na avaliação do valor realizável dos impostos de renda diferidos ativos da Companhia e de suas controladas. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética dos modelos preparados pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade e testamos os principais dados e premissas utilizadas para suportar as projeções de geração de lucros tributáveis futuros.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os dados, premissas e julgamentos efetuados pela administração, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações obtidas.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas para avaliação dos dados e das premissas utilizadas pela administração na avaliação do valor recuperável do contas a receber da Controlada. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética dos modelos preparados pela administração, bem como avaliamos a razoabilidade e testamos os principais dados e premissas utilizadas para suportar o cálculo da perda por redução ao valor recuperável.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os dados, premissas e julgamentos efetuados pela administração, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações obtidas.

**Outros assuntos****Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de abril de 2025.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal  
Contador CRC 1SP187382/O-0

www.pernambucanas.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>